

RELATÓRIO FINAL

NEGO

1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DO ESTADO DA PARAÍBA

João Pessoa, 28 a 30 de março de 2008

Local: Universidade Federal da Paraíba – UFPB



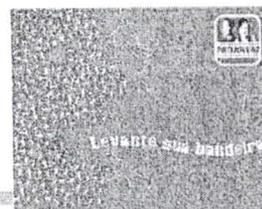
APOIO:



REALIZAÇÃO:

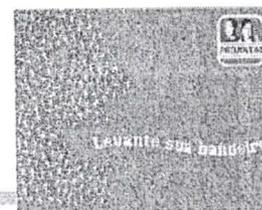
Sociedade Civil
Organizada





Sumário

Apresentação -----	03
Perfil dos participantes -----	04
Comissão Organizadora -----	05
Mesa de Abertura e Contextualização -----	06
Levantamento das bandeiras -----	11
Grupos de Trabalho – GT's -----	16
Deliberação – 21 Propostas aprovadas -----	38
Delegação Eleita -----	41
Anexos -----	43
Anexo 01 (Regimento da I Conferência) -----	43
Anexo 02 (Relatório de Sistematização das propostas das Conferência Municipais, Regionais e Livre) -----	59
Anexo 03 (Metodologia do GT's) -----	70
Anexo 04 (Processo Eleitoral) -----	73



APRESENTAÇÃO

A I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de março de 2008 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cujo tema “Levante sua bandeira” e teve como objetivo geral de consolidar a política públicas de juventude nas três esferas (municipal, estadual e nacional) e promover o direito à participação, fortalecer uma rede social para fortalecer as políticas públicas de juventude, indicar ao poder público as prioridades de ações e programas relacionadas ao tema e contribuir para mudar o patamar de compreensão da sociedade sobre este segmento.

A Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba é um espaço de diálogo entre o poder público e a sociedade sobre os desafios do segmento juvenil e quais alternativas devem ser tomadas pelos governos para respondê-los. Realizada de dois em dois anos, ela é um processo no qual o jovens e interessados na temática se reúnem para discutir a situação das pessoas que compõem esta faixa etária e apontar quais são as prioridades de ações e programas a serem desenvolvidos pelo poder público.

A partir de um método democrático e participativo a delegação da referida Conferência apresentaram propostas para minorar os problemas apresentados, no intuito de construir uma sociedade mais justa e acessível a todos/as os jovens paraibanos e brasileiros.

O presente relatório pretende trazer com maior clareza e objetividade os pontos discutidos em grupo para que possamos buscar alternativas viáveis para a fortalecer a políticas pública de juventude.

Na primeira parte do relatório consta a identificação do público participante e comissão organizadora do evento, enquanto na segunda parte estão registradas as discussões ocorridas em plenária, sistematizadas em problemas e deliberações por eixo temático. E por último os anexos.



PERFIL DOS PARTICIPANTES

Nossa 1ª Conferência contou com 359 participantes, sendo: 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino; com o perfil etário de 21% entre 15 e 18 anos, 36% entre 19 e 24 anos, 24% entre 25 e 29 anos, 18% entre 30 e 40 anos e 2% mais de 40 anos; com escolaridade de 14% cursando o ensino fundamental, 51% o ensino médio, 32% no ensino universitário e 3% na pós-graduação; vindos de 16 municípios de diversas microrregiões do estado (João Pessoa, Cabedelo, Lucena, Araçagi, Bayeux, Santa Rita, Sapé, Guarabira, Baía da Traição, Marcação, Campina Grande, Patos, Pilões, Cuitegi, Belém, Pirpirituba, e representando 144 organizações, sendo 68 do poder público municipal e estadual (secretaria de educação, secretaria de saúde, secretaria de juventude, esporte e recreação, secretaria de esporte e lazer, secretaria de assistência social, secretaria de transparência, coordenadoria de mulheres, coordenadoria de juventude, câmara municipal, juizado da vara da infância e juventude) e 291 da sociedade civil dos diversos setores - estudantis (secundaristas e universitários), comunitários, Redes e Fórum de Juventude, jovem feministas, jovem com deficiência, jovem afrodescendentes, jovens indígenas, GLBT, esportivos, culturais, comunicação, saúde, movimentos sociais, partidos políticos, projetos de ONGs, religiosos (católicos, evangélicos, umbanda e afro).



COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL – COE/PB

- Danilo Moraes – Secretaria Nacional de Juventude;
- Alexandre Cunha – Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer;
- Lúcio André – Representante do Assembléia Legislativa da Paraíba;
- Ana Paula – Representante da União de Moradia Popular;
- José João do Nascimento (Nino)– Representante do Projeto Atores;
- Tiago Basto – Representante do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba;
- Renildo Moraes – Representante da ASTEIAS – Juventude, Atitude e Cidadania.

COMISSÕES DE TRABALHO

Mobilização – Renildo, Tiago, Joana, Nino.

Infra-estrutura – Alexandre e Tiago.

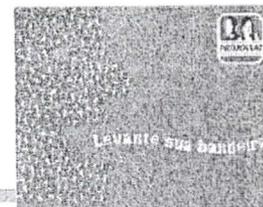
Validação – Renildo e Nino

Regimento – Ana Paula e Alexandre

Sistematização – Renildo e Nino

Metodologia – Danilo, Priscila, Renildo, Lúcio, Alexandre e Tiago

Cultura – Joana D'arc



MESA DE ABERTURA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A Conferência teve início no dia 28/03/2008 às 17:00h com o credenciamento dos participantes e em seguida às 19:30h no Centro de Vivência da UFPB, com mesa de abertura que colaborou na contextualização do processo de construção das políticas públicas de juventude no âmbito estadual e nacional. Nesta mesa participaram representantes da Secretaria Nacional de Juventude, do Poder público Estadual e da Prefeitura Municipal de João Pessoa e da Sociedade Civil organizada. Participaram da mesa as seguintes representações:

- Ruy Carneiro – Secretário Estadual de Juventude, Esporte e Lazer;
- Carlos Oda – Representante da Secretaria Nacional de Juventude;
- Raniely Paulino – Representante da Frente Parlamentar de Defesa da Juventude Paraibana;
- Joana D'arc – Representante da Prefeitura Municipal de João Pessoa;
- Ana Paula – Representante da União de Moradia Popular;
- Priscila Kelly – Representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFPB;
- José João do Nascimento – Representante do Projeto Atores.

Dando prosseguimento, foi efetuada a leitura e aprovação do Regimento da Conferência e em seguida todos/as participantes foram agraciados/as ao som de Nação Maracahyba.

No dia seguinte, 29 de março de 2008, foi iniciada a mesa que tratava dos desafios e perspectivas da política pública de juventude no âmbito nacional e estadual. A intenção desta mesa foi situar os/as participantes de questões centrais das políticas de juventude, mostrando assim os olhares do poder público nas esferas nacional e estadual e da sociedade civil. Participaram da mesa, os seguintes representantes:

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



- Carlos Oda – Representante da Secretaria Nacional de Juventude;
- Alexandre Cunha – representantes da Secretaria de Juventude Esporte e Lazer;
- Rosemary Marinho - representante da ONG ASTEIAS – Juventude, Atitude e Cidadania.;
- Helio Silva Barbosa - representante da AJURCC.

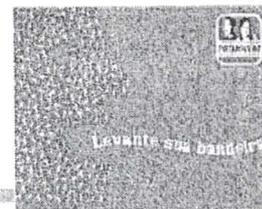
Após a qualificação da mesa, foi facultada a fala para cada expositor/a que compõe a mesa para explanar sobre o assunto, foi seguida a ordem de composição da mesa.

Carlos Oda, representante do governo federal pontua fatos relevantes que remetem ao mundo da juventude. Releva que anterior a criação da Secretaria Nacional havia programas que não atendia a complexidade da juventude, o pontapé inicial para a construção das políticas de juventude foi os programas de reparação de renda (ex.: bolsa família), que fez o Governo Federal propor um desenho institucional para executar as políticas relacionada as juventudes.

O entendimento da Secretaria Nacional de Juventude, é que trabalhar com temática juventude se trata de um tema muito amplo e complexo por ter muitas variáveis relacionado a juventude, portanto muitas das reivindicações devem está presente de forma transversal nas discussões, e é papel da Secretaria Nacional de Juventude esta coordenando ações inerentes a juventude em diversos ministérios (ex.: saúde, educação, assistência sócia, trabalho..). Todas as iniciativas e pressões partidos da sociedade civil fez com que emergisse a necessidade da consecução de instituições com a participação democrática nos conselhos que é constituído com dois terços da sociedade civil e um terço de poderes públicos (executivo e legislativo).

Por tudo fica visível na dimensão da participação que vem sendo construídas ao longo dos últimos anos através da relação dialogal entre sociedade civil e poderes públicos constroem ferramentas institucionais

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



importantes para a participação popular como a exemplo do conselho nacional de juventude e agora com o sistema de conferencias.

Entendendo tudo fica claro que o ponto fundamenta para pensar políticas de juventude aponta para pensar nos seguintes pontos.

- Diminuição dos indicadores sobre violência;
- Se faz necessário que trabalhe políticas específicas à parcelas de juventude mais atingida;
- Propõe uma melhor formação do modelo institucional de monitoramento e proposição de políticas publicas.

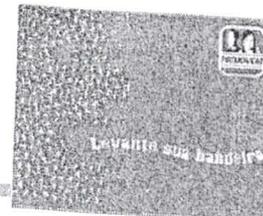
Esclarece alguns pontos levantados pelos jovens, e fala que o relato deste processo será vitorioso e que a legitimidade esta garantida e o fato de não haver maior representação não cai em demérito, Parabeniza nos pontos levantados por Rosemary. É fato que a institucionalidade é baixa e que muitas vezes esta institucionalidade não conta com estrutura boa, e fala que há capacitação de gestores e que são animados a tentar aumentar a participação dentro do próprio governo.

Enfatiza que o dialogo é primordial e que os papeis se confundam onde sociedade civil tem que ter ciência de suas responsabilidades que diferem do papel do poder público, e que este dialogo tem a necessidade da participação social.

Alexandre Cunha, representante do governo do estado, através da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL, inicio expondo que acredita que a sociedade civil é um parceiro neste processo de construção de políticas público para seguimento juvenil. Ele afirmou, que não seria possível a conquista de conseguimos até o momento, como a realização desta conferencia sem a participação ativa dos diversos organização juvenis, que compõe a COE/PB (comissão organizadora) e a presença de todos/as os/as delegados/as.

Esclarece que as posições como gestão em relação a políticas publicas de juventude é muito mesquinho e fala da posição de interlocução para avançar no campo de políticas públicas subsidiado por proposta da

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Conferência Estadual de Juventude e demanda do Conselho Estadual de Juventude.

Em nome do Governo Estadual, reconhecemos a juventude como sujeito de direito e por isso hoje a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL vai esta aberta a dialogo para tratar e traçar estratégias para políticas Públicas para juventude com comprometimento de lutar junto ao governo por ele representado.

Estamos construindo na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL, um espaços físico para que o Conselho Estadual de Juventude possa desempenha sua funções com uma estrutura que favoreça a construção das políticas publicas para juventude e também abrindo canais de dialogo com a com os diversos grupos juvenis paraibanos.

Rosemary Marinho, representante da Sociedade Civil através da ONG ASTEIAS – Juventude, Atitude e Cidadania, expôs os desafios e perspectivas sob os seguintes pontos: a importância da mobilização, da discussão sobre as políticas de juventude que englobam adolescentes, a implementação do que definimos como prioridade dentro de um Plano de Políticas Públicas das Juventudes, e a relação dos debates dos segmentos juvenis com questões mais amplas para sociedade civil organizada, como processo migratório, sistema “S”, as reformas urbanas, rurais e políticas, as questões ambientais, Programa dos Territórios da Cidadania, as Assembléias Populares e a formação consistente de Redes e Fóruns, principalmente a Rede de Juventude do NE e o Fórum Estadual de Juventude, que se desdobram em Fóruns Municipais.

Sua fala foi concluída com o pedido de atenção, pois estamos lutando contra uma elite burguesa que tem o projeto de conservar os/as empobrecidos/as na ilegalidade, distanciando o discurso da prática. E por outro lado, precisamos garantir espaços de capacitação, de estudos regulares sobre a dinâmica do capitalismo financeiro e as formas de organização social para ampliação e formação de lideranças. Por isso, conclui com uma proposta de encontro formativo com as pessoas que serão escolhidas para irem à Brasília, no sentido de perceberem a importância deste momento tendo uma postura

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



que tente equilibrar as lutas locais de seus segmentos com questões mais macros que envolvam as juventudes do Estado, do Brasil e de continentes excluídos deste modelo produtivo e econômico.

Helio Silva Barbosa - representante da Sociedade Civil através da Rede de Juventude do Nordeste – RJNE. Ele inicio expondo o contexto histórico das políticas públicas de juventude, e das conquista dos espaços de construção democrática. Diante do exposto os governos municipais e estadual na Paraíba pouco tem contribuído com construção das políticas públicas de juventude como políticas de Estado e não programas de governo, a impressão é que estão de fato interessados na quantidade de recursos federais que vão acesa.

Neste processo de realização das etapas da conferencia, tivemos uma grande a dificuldade de organizar a juventude do Estado, organizar os processos municipais, o descaso dos governos municipais nestes processos, que no caso de Campina Grande não assumiu a realização da conferencia e se ausentou do processo, dando pouco apoio material e físico, mais nós queríamos mais, queríamos a participação e contribuição políticas na construção das propostas. Acredito que não foi diferente em sua maioria dos outros municípios que realizaram conferencia.

Um dos avanços importante nas políticas públicas de juventude no Brasil, é a conquista do Conselho Nacional e Estadual de Juventude, que favorece o campo da participação, controle social e proposição de programas e projetos destinados a juventude no âmbito nacional e estadual.

No que refere aos desafios, somos convidados a compreender como funciona a máquina pública, quais os fundos e recursos orçamentários são destinados as políticas públicas de juventude nas três esfera de governo. Nesta relação com poder público precisamos tem claro o queremos e quais as viabilidades de nossa escolhas, temo que ter claro que não queremos unicamente uma secretaria que dependa das burocracias dos Ministérios no âmbito nacional, e das secretarias no âmbito estadual e municipal, mas sim uma que pense a juventude no todo. Claro que reconhecemos os avanços.

Esse momento existe! Porque existe juventude organizada na Paraíba!, sem a juventude organizada esse momento não seria o mesmo, não haveria

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



sentindo, cabe a cada um/a de nós viver esse momento, aproveitar, discutir, e construir propostas que gerar ações concretas, pois o governo é gestor dos recursos públicos e executor de ações que respondam as necessidade da popular.

A mesa foi qualificada e debate foi proveitoso para colocar questões pertinentes para os grupos de trabalho que aconteceriam ao logo do dia. Após este momento foi realizado a mística do levantamento das bandeiras, o objetivo da mesma era que cada participante pudesse expressar e ressaltar a importância de sua bandeira de luta para que os grupos de trabalho possam contemplar a maior diversidade de discussões possíveis.

LEVANTAMENTO DAS BANDEIRAS

Momento da mística da bandeira:

Josenaldo (Projeto Atores – João Pessoa) – reflexão sobre a importância da conferencia deste momento e da falta de comprometimento dos presentes.

Victor Movimento (GLBT – João Pessoa) – Indaga sobre quais as proposta de política para o seguimento GLBT, e afirma o questionamento dizendo “não temos nenhuma no estado”. Juventude GLBT mesmo com suas especificidades somos uma só. “Vamos acorda pra o processo e dar a real importância, não queremos políticas verticais, queremos construir, queremos decidir, queremos implementar, precisamos caminhar juntos”.

Lorenzo (REMAR João Pessoa) – “ainda estamos vendo pouca capacidade de organização, pouco controle social, temos que trabalhar em redes, o acompanhamento, temos que crescer no controle, temos que gritar, reivindicar, porém de maneira qualificada”, e questiona a plenária “como estamos fazendo isso?, claro precisa de investimento formação e qualificação. Precisamos nos Organizar e vencer como a ECA, porém temos que ter abertura e dialogar com

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



a juventude e acabar com a politicagem, o governos não acredita na autonomia da juventude no protagonismo juvenil”.

DANIEL (Potiguara indígena- Baía da Traição) – A bandeira do meu povo, é estar aqui lutando por nosso povo e pela organização da juventude brasileira.

Camila (Jovens feministas- João Pessoa) –“ Lutamos pela independência das mulheres, vamos dizer juntos não a violência das mulheres, legalização do aborto”.

Mateus(Movimento Artístico Cultural do Alto do Mateus Cultural – João Pessoa) -Vamos fazer uma reflexão séria sobre a política de cultural do estado, que escolhe minoria e não contempla a juventude da cultura paraibana, o descaso de prefeituras e estado com a cultura.

José Carlos (Cuitegi) - “Viver e não ter vergonha de ser feliz” levanto a bandeira da Educação e da qualidade de vida. Que todas as discussões aqui contidas não passe apenas de um papel de um monte de documentos, mas sim que as propostas sejam implementadas.

Marcelo Duarte (UJS - Campina Grande): Passe livre pra a Juventude, isso é importante para o desenvolvimento da juventude paraibana.

Ivo Souza (João Pessoa): Levanto a bandeira da educação, temos que lutar por melhorias na educação, por melhores escolas.

Flavio Renato (Campina Grande): Somos o presente, A bandeira do Estatuto da Juventude, Redução da Jornada de Trabalho, Reforma Educacional Universitária, aumento do PROUNI.

Ligia (Prefeitura Municipal de João Pessoa) – Protagonismo Juvenil bandeira importante, porém pensamos a conferencia não como espaço de luta, mais uma conjunta de formatar e implementar as políticas publicas, espaço de

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



diálogo entre poder público e sociedade civil. Temos que ocupar os espaços, pensar na juventude de forma conjunta nas políticas estruturantes, e pensar a política educacional.

Caio (Movimento Levante - Campina Grande): Bandeira das Liberação da maconha, temos que refletir o que é droga e os gastos das drogas legais. Temos que lutar contra o crime organizado. Pensar na questão ambiental e na questão de saúde. Os traficantes são contra a legalização e você?

Ricardo (João Pessoa): Estou muito feliz de estar aqui neste momento, queremos espaços levanto a bandeira pelos deficientes físicos.

Edinaldo Fernandes (Fórum de Juventude de Bayeux): Bandeira da Educação. Pelos direitos dos estudantes, e qualificação, é preciso ter uma política séria de educação, vamos defender a educação brasileira, pois ela não me agrada.

Betinho (João Pessoa) - Levanta a questão do transporte escolar no interior do estado, carteiras de estudantes que não são válidas para meia entrada nas casas de show e vira objeto de manipulação pelos grandes empresários.

Regina (Juventude negra - João Pessoa) - Bandeira da educação com a implementação da lei 10.629, para a afirmação quanto juventude negra, faz observações quanto a questão da saúde com a vulnerabilidade a algumas doenças específicas da população negra e do grande índice de aborto entre as jovens negras. É preciso cotas raciais e implementação na UFPB. Qualificação profissional inerente a juventude negra.

Luana (UNE) - Tem como bandeira a participação política, que esta juventude presente nos processos da conferência é aguerrida e fala da luta dos estudantes durante os processos históricos desenvolvidos no Brasil onde ele

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



sempre foi protagonista "PARA A CONSTRUÇÃO DE IMPORTANTES MUDANÇAS SOCIAIS" no cenário social e político do País.

Legalização do aborto, aprovação da PEC da juventude e um plano de juventude, "todo estes espaços adquiridos foi através de muita luta e mortes".

Rildiam (UJS - João Pessoa) – Coloca que a pressão popular é fundamental como agente de mudança, e fala sobre a importância das jornadas da juventude. Indaga sobre a realidade da secretaria de juventude, e pede ao conselho de juventude mais ação e menos conversa.

Pedrina -O demérito da mulher em relação aos rótulos impostos pela mídia, distorcendo a imagem.

Maxuel (João Pessoa) - O êxito da política publica se faz pelo conhecimento e participação popular.

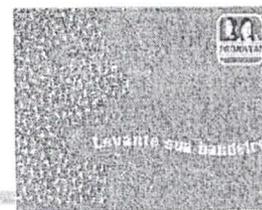
Elizabeti (Santa Rita) - Pede pela conservação e manutenção dos espaços democráticos. Fala da necessidade de continuar a luta para manter os espaços que já estão conquistado, Bandeira de juventude pensando no todo que contemple toda a diversidade existente na juventude.

Alison (Campina Grande) - Bandeira do passe livre, Bandeira contra a reforma universitária, No campo quanto a transposição do rio São Francisco, fator ecológico, existência de alternativas para o fornecimento de água.

Enver (João Pessoa) - Reafirmar o passe livre baseada na LDB, e manifestar a revolta contra o aumento de passagem e bilhetagem eletrônica. redução dos passes estudantis, manifesta contra o governo municipal, Ministério publico

Severino (Capina Grande) - Interesses embutidos no projeto de transposição do Rio são Francisco., acesso a água de qualidade e de forma democrática.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Adriano (João Pessoa DCE) - Luta pela educação e que a juventude venha participar do meio acadêmico e entender o campo de luta do movimento social, e acabar com a juventude que vem se iludido com políticas que não tem mudanças. Bandeira de Luta contra o REUNI.

Considerações acerca das Bandeiras de Luta:

Passe livre; Políticas Públicas GLBTT; Renovação de quadros de liderança para efetivar o controle social e autonomia da juventude no processo de participação; Luta pela independência das mulheres; Legalização do aborto seguro; A não violência contra mulher; Descaso do poder público com cultura; Educação de qualidade; Reforma educacional e universitária; Garantia do marco legal do estatuto da juventude e plano nacional de juventude; Redução da jornada de trabalho; Liberação da maconha; Cidadania das Pessoas com Deficiência; Implementação da lei 10.629; Acessar o direto ao transporte escolar no interior; Garantir a lei da meia entrada em casas de show; Implementação da política de cotas raciais; Qualificação profissional para juventude negra; Contra a vulgarização da imagem da mulher pela mídia; Valorizar e qualificar os canais de participação e diálogo sobre políticas publicas de juventudes; Contra a transposição do Rio São Francisco; Contra a Reforma Universitária; Contra REUNI.



GRUPOS DE TRABALHO – GT's

A Conferência utilizou-se de instrumentos metodológicos que visão construir momentos de debates, reflexões, utilizando técnicas lúdicas e momentos culturais. Garantindo assim a participação democrática a todos/as. No processo de construção da conferência a COE/PB definiu os 7 (sete) Grupos Temáticos e Plenária acrescentou mais 2 (dois), que terão como subsidio orientador as propostas das conferências municipais, regionais e livres que ocorreram na Paraíba e foram validades pela COE/PB. Os GT's constitui-se ementas que pudessem orientar a discussão nos grupos.

1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – Este GT visa aguçar a compreensão de política assim como toda contribuição que as pessoas fazem com o objetivo de influenciar a ideologia, as atividades e as decisões da sociedade em que vivemos; a participação consiste em compreender e estar integrado e atuando nas atividades da sua comunidade de um grupo específico da sua cidade e do país, como sujeito de ações, com capacidade crítica e propositiva, compreendendo seus direitos e deveres sempre como atitude democrática.

2. DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS REPRODUTIVOS - discutir e apresentar proposições tendo como foco a discussão da diversidade sexual e direitos reprodutivos; a diversidade sexual deverá ser discutida do ponto de vista do respeito a uma vida sexual com prazer e livre de discriminação. Tenha direitos reprodutivos toda pessoa e casal para decidir livremente, com responsabilidade sobre o número e momento de ter filhos/as; métodos contraceptivos e aborto.

3. EDUCAÇÃO – aprofundar a discussão da educação de qualidade como direito constitucional; o papel da escola, da família, da comunidade e de cada cidadão e cidadã no processo de construção de uma educação transformadora

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



da realidade social da atualidade; repensar o modelo teórico-metodológico e um currículo que atenda as especificidades e os interesses da juventude; pensar em um modelo de escola que interaja com a comunidade e que possibilite para a realidade juvenil a educação como principal caminho para um desenvolvimento pleno da cidadania.

4. TRABALHO, GERANÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – discussão desenvolvimento econômico/produtivo com responsabilidade social e ambiental; discussão da união entre educação e trabalho; qualificação profissional para a juventude; discussão de estratégias e políticas que permitam ampliar a perspectiva de geração de emprego e renda para a juventude.

5. CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA – As interações dos jovens com as diferentes formas de comunicação: A apropriação e produção pelos/as jovens de diferentes canais de comunicação através de rádio comunitárias, jornais e principalmente utilizando as ferramentas disponíveis nos meios online como: blog's, fotolog's e comunidades virtuais; A mídia tradicional se configura como instrumento manipulação das informações, no que refere a juventude, a TV tem apresentado a imagem deturpada, onde rotulam os jovens como: delinqüentes, indisciplinados, drogados, consumistas, violentos, inescrupulosos e inconstantes. A discussão sobre a cultura na vida dos/as jovens como expressão da grande capacidade de criatividade e inovação além da diversidade apresentada; as culturas riquíssimas da juventude como HIP HOP, Grafite, das bandas de Rock, de Forró, de Pagode, e expressões da cultura popular como Maracatu. As expressões culturais dos diferentes grupos ou tribos de jovens como os Punk's, Rastafaris, Moicanos, Black's.

6. ESPORTE E LAZER – discutir as diversas modalidades esportivas, como prática de vivência saudável imprescindível na vida juvenil, configurando desta forma o direito a prática esportiva e ao lazer, como ferramentas que contribuir para sociabilidades juvenis.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



7. CAMPO – discutir a realidade juvenil do campo; compreendendo os processos de desenvolvimento do campo de forma a proporcionar o acesso bens públicos tais como: escola com recursos didáticos e metodologias apropriadas a sua realidade, saúde, condições necessárias a vida no campo e reconhecimento da cultura camponesa.

8. RAÇA E ETNIA – discutir a diversidade étnica, compreensão de identidade cultural das juventudes indígenas e negras; Ações afirmativas de contribuam com a inclusão social das juventudes indígenas e negras através de leis como: 10.629, a políticas de cotas, a vulnerabilidade as doenças específicas para populações tradicionais.

9. PESSOA COM DEFICIÊNCIA - discutir a importância da implantação de políticas públicas inclusivas que garantam os direitos dos/as jovens com deficiência. Além de desmistificar o estigma de vitimização e de discriminação da pessoa com deficiência. E debater o princípio da não-discriminação, acessibilidade, ajudas técnicas e tecnologias assistivas para garantir o direito de jovens com deficiência participarem de serviços, projetos e programas de todas as áreas, voltados para juventude.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



GT	Desafios	Soluções
<p>1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</p>	<p>1.</p> <p>1º Desafio</p> <p>Falta de capacitação, 2. informação e formação dos jovens na Participação Política</p>	<p>1. Implementação da formação cidadã dos jovens e da sociedade como um todo sobre as leis e os direitos constitucionais que garantem a participação política dos jovens;</p> <p>Realização de cursos de formação para jovens na linha do protagonismo juvenil, participação política, consciência crítica, ambiental e social, promovidos pelas esferas estadual e municipal do governo;</p> <p>Implementação de um curso de Especialização Universitária sobre Juventude.</p>
	<p>1.</p> <p>2º Desafio</p> <p>Garantir espaços de participação na gestão pública de políticas para a juventude.</p>	<p>1. Reformular a Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer para Secretaria Estadual de Juventude, com a tarefa de construir uma política de Estado integrada e transversal de juventude em toda sua diversidade; e criação de Secretarias de Juventudes nos municípios onde não existem;</p> <p>2. Criação de um Fórum Estadual de Juventude Permanente que sirva para subsídio nas discussões e consolidação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, bem como garanta o intercâmbio regional das diversidades juvenis e consolidação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude;</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



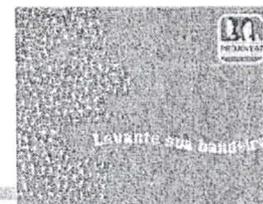
		<p>Incentivo ao associativismo juvenil como Grêmios, Associações, CA's, DCE's, Coletivos e Movimentos.</p>
	<p>3° Desafio Acessibilidade às pessoas com deficiência na Participação Política</p>	<p>1. Condicionar a liberação de verbas federais, estaduais e municipais para obras de urbanização nos municípios ao atendimento da ABNT 9050/2004;</p> <p>2.</p> <p>3. Garantir obrigatoriedade do conhecimento básico das LIBRAS para profissionais que atendam ao público e da criação de centrais de intérpretes (intérpretes com certificação do Prolibras) nos diversos municípios;</p> <p>Realizar campanhas de prevenção de DST, AIDS, drogas, meio ambiente e problemas que afligem a juventude utilizando material em braile em outros recursos, palestras com intérpretes profissionais de LIBRAS com certificado da Prolibras e material adequado para atender a pessoa com Déficit Cognitivo, como também, criar campanhas publicitárias utilizando as diversas mídias de comunicação para a divulgação de informações sobre a pessoa com deficiência, visando à eliminação de barreiras latitudinais e a garantia da acessibilidade.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



<p>2. DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS REPRODUTIVOS</p>	<p>1º Desafio</p>	<p>Ampliar/qualificar e implementar políticas públicas destinadas à saúde sexual e reprodutiva das juventudes, nas três esferas de governo.</p>
	<p>Reafirmar a diversidade sexual dentro do campo dos direitos sexuais e reprodutivos a da sua vivência sem discriminação, preconceitos e violências.</p>	<p>Qualificar e avançar as ações do programa Brasil sem homofobia, através de políticas públicas conjuntas de diferentes áreas, para o enfrentamento homofobia, lesbofobia e transfobia na sociedade brasileira.</p>
		<p>Ampliar as políticas públicas destinadas à sensibilização da juventude para a prática de sexo seguro, com vistas à redução dos índices de gravidez não desejada; DST's/ HIV/AIDS/HPV e o aborto que crescem na população jovem.</p>
	<p>2º Desafio</p>	<p>Capacitar profissionais do poder público para melhor entendimento dos conceitos de diversidade sexual e identidade de gênero, construídos pela sociedade civil organizada;</p>
	<p>Garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos de todas as pessoas independente de sua identidade de gênero, orientação sexual e dos arranjos familiares.</p>	<p>Incluir no currículo formal educacional municipal, estadual e federal direitos sexuais e direitos reprodutivos e temas afins (raça/etnia, orientação sexual, gênero, geração emprego e renda e pessoa com deficiência) garantindo formação permanente para profissionais.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



		Ampliar e criar programas estaduais e federais que protagonizam as juventudes para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos.
	<p>3º Desafio</p> <p>Garantir o princípio da laicidade na construção e implementação das políticas públicas do Estado brasileiro.</p>	<p>– Tratar o aborto como questão de saúde pública, garantindo a qualificação e efetivação dos serviços públicos para o atendimento do aborto legal e garantir o debate sobre sua descriminalização e legalização na sociedade brasileira.</p> <p>Criar e qualificar nas três esferas do governo as políticas de atendimento as mulheres vítimas de violências, garantindo atendimento humanizado respeitando as especificidades das mulheres jovens.</p> <p>Criar políticas públicas de comunicação e mídia que informem e massifiquem para população em geral sobre o princípio do estado laico na condução das políticas públicas brasileiras e, implementar mecanismos de punição para os poderes executivo, legislativo e judiciário que não cumprirem esse dispositivo constitucional.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



3. EDUCAÇÃO

1° Desafio

Garantir o acesso e a permanência dos jovens na estrutura educacional.

Investimentos na qualidade e quantidade dos transportes públicos, garantindo o passe livre a todos os estudantes e, também, o acesso seguro para todos, inclusive, os portadores de necessidades especiais;

Criar mecanismos estratégicos para ampliar a participação política e social dos jovens no ambiente escolar e comunitário (conselhos deliberativos paritários, grêmios estudantis), incentivando, também, a integração da escola com a comunidade (atividades extracurriculares e eventos culturais).

2° Desafio

Valorização da infra estrutura e da qualidade de ensino

Ampliação dos recursos destinados a infra estrutura para garantir maior acesso e qualidade nas instituições;

Valorizações da formação continua dos profissionais da educação, abrangendo a linguagem de sinais;

Implementação da Sociologia e Filosofia em todos os níveis educacionais, assim como, a implementação da Lei 10.639/03.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



3° Desafio Garantir acesso e permanência e melhoria da qualidade da educação para os jovens do campo e da cidade.	Ampliar os recursos destinados a educação, garantindo no mínimo 10% do PIB com aplicação direta na formação continuada, infra estrutura das instituições escolas, assistência estudantil e valorização dos profissionais da educação, incluindo sua formação continuada;
	Implementar o passe livre para os estudantes e transporte escolar na zona rural como forma de garantir o acesso e permanência na escola e outros bens culturais.
4° Desafio Criar mecanismos e propostas para ampliar a participação política e social dos e das jovens no ambiente escolar e comunitário.	Criar Centros de Juventude nos municípios;
	Abertura das escolas para a comunidade nos finais de semana para atividades extracurriculares a exemplo de eventos culturais permanentes que dialoguem com as diversas expressões juvenis (Reggae, capoeira, dança afro, hip hop, etc.);

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Criar conselhos deliberativos paritários e grêmios estudantis.

5° Desafio
Acesso, permanência e inclusão na escola.

Passe livre e melhor qualidade de vida e bens necessários (merenda escolar, quadras poliesportivas, piscinas e laboratórios);

Qualificações de professores para atender pessoas com deficiência;

Implementação da Lei 10.639/03;

Reservas de vagas para estudantes oriundos da escola pública para as universidades públicas e regime de cotas para deficientes;

6° Desafio
Estrutura e qualidade na educação.

Desnacionalização do ensino privado;

Segurança nas escolas;

Transporte escolar de qualidade;

Reestruturação das escolas e universidades;

Aplicação de 10% do PIB na educação.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



4. TRABALHO, GERANÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<p style="text-align: center;">1º Desafio</p> <p>Combater a exclusão dos/das jovens do mercado de trabalho</p>	<p>Efetivar e popularizar as políticas públicas de qualificação profissional na perspectiva de eficácia e controle social, implementando políticas de trabalho e renda, a exemplo da Economia Solidária.</p>
	<p>Garantir a implementação efetiva de políticas de primeiro emprego para a juventude.</p>
	<p>Reduzir da jornada de trabalho semanal para garantir a criação de novos postos de trabalho.</p>
	<p>Ampliar o pró-jovem ao ensino médio.</p>
<p style="text-align: center;">2º Desafio</p> <p>Integrar educação e trabalho.</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos técnicos nos Centros Federais de Educação Tecnológica como forma de democratizar o acesso dos/das jovens à educação e ao trabalho.</p>
	<p>Incluir no currículo educacional, através de disciplina específica, a preparação e qualificação do/da jovem para o mundo do trabalho.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



	<p style="text-align: center;">3° Desafio</p> <p>Inserir os/as jovens com deficiência no mercado de trabalho.</p>	<p>Exigir o cumprimento da lei de COTAS na elaboração de editais nos concursos públicos (municipal, estadual e federal) para inserção do/da deficiente no mercado de trabalho (adaptação de provas, qualificação, nomeação, exames médicos, estágios probatórios, ajudas técnicas entre outras).</p> <p>Promover por meio de parcerias pública/privada cursos de formação e qualificação para os/as jovens com deficiência, visando sua inserção no mercado de trabalho (SENAI, SESI, SESC, SEBRAE, FAC, FUNCEP, Projeto Cooperar, FUNDAC, Ongs, entre outros).</p> <p>Garantir e efetivar a reserva de 10% das vagas para jovens com deficiência na contratação de pessoal terceirizado nos poderes públicos, municipais e estaduais.</p>
<p>5. CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA</p>	<p style="text-align: center;">1° Desafio</p> <p>Criar uma secretaria cultural voltada para a cultura regional. (A solução desse desafio: é que haja projetos dentro desta secretaria que sejam utilizados nas comunidades e nas cidades circunvizinhas no estilo de circuito cultural).</p>	<p>Criação de um programa de políticas públicas da Paraíba que dialogue entre nas três esferas políticas, a partir da criação de uma verba fixa e inviolável destinada a cultura.</p> <p>Democratização da cultura, através da educação cultural de base e da garantia de participação dos jovens em eventos culturais (cursos, passe-livre, meia-entrada, grupos culturais de jovens nos bairros, escolas...).</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



	<p style="text-align: center;">2º Desafio</p> <p>1. Valorização da cultura produzida na Paraíba em ponto de vista.</p> <p>2.</p>	<p>Leis de fomento a cultura para estimular investimentos privados.</p>
		<p>Financiamento público para a cultura, com verba vinculada nos três âmbitos: municipal, estadual e federal.</p>
		<p>Meia-entrada em entidades culturais e esportivas para estudantes.</p>
		<p>Nova legislação para propriedade intelectual, para extinguir a cobrança de direitos autorais para produtos não-comercializados.</p>
	<p style="text-align: center;">3º Desafio</p> <p>3. Sistematizar uma forma para tornar mais publica as manifestações culturais, arrastando assim mais jovens para o lado cultural independente ou não.</p> <p>4.</p>	<p>criação de órgãos executivos de gestão de políticas culturais em todos os estados e municípios que ainda não possuem; e que todos os órgão , em âmbitos municipal, estadual e federal (ministério da cultura) disponham de verba vinculada ao orçamento para a cultura . Onde houver ou for criada secretaria de cultura ou outro órgão executivo, devem ser criados conselhos de cultura c/ participação da sociedade civil organizada.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



	<p>implementar passe livre para todos os estudantes e garantir meia entrada para estudantes em eventos culturais e esportivos, como formas de facilitar o acesso do jovem à cultura tendo em vista que a mesma é complemento prioridade para a melhoria da educação. Também o acesso de pessoas com deficiência deve ser garantido através de estruturas e profissionais qualificados para tal nas casas culturais, ônibus, parques e outros espaços.</p>
	<p>Incluir no currículo da escola aspectos que valorizem as raízes regionais, os aspectos sócio-culturais da formação do povo brasileiro da formação de cada Estado da federação; garantir em lei, ainda a divulgação de conteúdos culturais produzidos pela juventude em todos os meios de comunicação, como forma de estímulo para a preservação da identidade cultural de cada região. Nesse sentido é fundamental o cumprimento da LDB no que tange a obrigatoriedade de aula de ed. Artística nas escolas.</p>
<p>4° Desafio</p> <p>5. Fortalecer/divulgar a cultura paraibana.</p> <p>6.</p>	<p>Garantir a participação executiva da sociedade civil nos meios de comunicação públicos (TVs, rádios, jornais, websites);</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



		<p>Promover uma revisão criteriosa e democrática das concessões de comunicação existentes (públicas e privadas) e estimular a abertura de novas iniciativas (concessões) de mídia para o povo brasileiro;</p>
		<p>Elaborar políticas públicas de financiamento para o setor produtivo ligado as novas tecnologias de comunicação (Internet, rádio e TV digital);</p>
7.	<p>5° Desafio Garantir produção e circulação da produção cultural independente.</p>	<p>Criação de equipamentos públicos que sirvam como espaço de produção e difusão dos bens culturais produzidos pelas juventudes.</p>
8.	<p>6° Desafio Garantir acesso de juventude aos bens culturais.</p>	<p>Instituir a democratização da informação e da produção cultural da juventude na mídia garantindo a pluralidade cultural, a diversidade e a acessibilidade (Libras, e Braile), nos meios audiovisuais e impressos.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



7° Desafio

oferecer meios para que os jovens tenham a possibilidade e consciência crítica para escolher o tipo de cultura que quer acessar através da produção artística e circulação democrática de todas as esferas de cultura na mídia.

Criação de um Conselho de Cultura e mídia, composto pelo poder público e sociedade civil que fiscalize o cumprimento das leis existentes e propostas apresentadas na conferências nas três esferas(Municipal, Estadual e Federal).

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



6. ESPORTE E LAZER

<p>1º Desafio Acesso ao esporte e ao lazer.</p>	<p>Construir, reformar, implantar, ampliar, adaptar de acordo com a legislação de acessibilidade (ABNT NBR 9050/2004) e modernizar a infra-estrutura esportiva pública existente no meio urbano e no meio rural, dentre elas: escolas, ginásios, campos, piscinas, praças, pistas de atletismo e outros agrupamentos, parques e jardins, em articulação entre as entidades privadas e as três esferas de governo, considerando a intersetorialidade.</p>
	<p>Criar e implantar Secretarias e conselhos municipais de juventude, esporte e lazer.</p>
	<ul style="list-style-type: none">• Implementar programas, projetos e eventos esportivos nas diferentes modalidades, incluindo modalidades não populares e esportes radicais, de aventura e ligados à natureza, esporte adaptado, indígenas e tradicionais bem como programas de lazer para crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais, comunidades dos quilombolas e indígenas.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



2° Desafio
Formação qualificada dos professores de Educação Física e profissionais da área de esporte e lazer.

- Políticas voltadas para a formação dos professores de Educação Física e profissionais da área.
- Construção do Currículo ampliado de licenciatura em Educação Física.
- Ampliar as opções de especializações, mestrados e doutorados na área.

3° Desafio
Melhorar a prática do esporte nas escolas das três esferas governamentais.

- Somente licenciados em Educação Física assumam os cargos de professores.
- Promover seminários e fóruns de professores de Educação Física a nível estadual e nacional.
- Construir e ampliar quadras poliesportivas e parques-aquáticos nas escolas municipais, estaduais e federais, como também disponibilizar material esportivo para a prática das diversas modalidades esportivas.

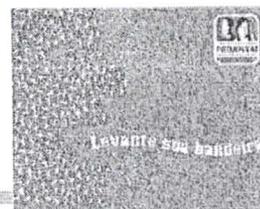
I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



7. CAMPO

	<p>1° Desafio A permanência da juventude no Campo.</p>		Implantação de projetos de geração de renda para a juventude do Campo;
			Incentivo à formação de cooperativas e associações na perspectiva da economia solidária para a juventude do meio rural;
			Fortalecimento da agricultura familiar, a partir de programas de incentivo como Hortas, hortas comunitárias, entre outros.
	<p>2° Desafio ✓ Acesso à educação popular e de qualidade.</p>		Que as esferas governamentais fomentem uma política de educação específica para o campo;
		✓	Que haja incentivo a extensão universitária no meio escolar rural por parte do governo;
		✓	Acesso a inclusão digital para a juventude o campo.
<p>3° Desafio Acesso a cultura, esporte e lazer para a juventude do campo.</p>	✓	Incentivo a formação de projetos culturais para jovens o campo, objetivando o resgate da cultura popular local;	
	✓	Criação de infra-estrutura para o incentivo as praticas esportivas para a juventude do meio rural.	

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



8. RAÇA E ETNIA	<p>1º Desafio</p> <p>Garantir a inclusão da diversidade étnica nos diversos níveis da educação.</p>	<p>Implementar a política de cotas raciais, com recortes sociais, nas Instituições Públicas de Ensino Superior, que garantam o acesso, a permanência e a sustentabilidade dos/as estudantes nas mesmas, através de subsídios.</p>
		<p>Garantir a exposição da Lei 10.639 para a sociedade, enfatizando seu contexto, utilizando os mais diversos meios de comunicação, caminhando para a sua implementação através da qualificação dos profissionais em educação e de suas práticas efetivas.</p>
		<p>Implantar, garantir e reconhecer a educação diferenciada para comunidades étnicas raciais, respeitando suas especificidades.</p>
	<p>2º Desafio</p> <p>1. Garantir o acesso à saúde humanizada e de qualidade em todas as instâncias de atenção atentando para as especificidades das comunidades assistidas.</p>	<p>Criação de centros de referência em saúde para comunidades tradicionais com profissionais especializados para atender as especificidades das mesmas.</p>
		<p>Incentivar pesquisas científicas que identifiquem enfermidades de maior incidência nas populações negras, indígenas, quilombolas e ciganas.</p>

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



		Qualificar e inserir jovens dos povos tradicionais na área de saúde e os inserir como profissionais para que atuem junto as suas comunidades oferecendo as condições necessárias para o exercício de suas funções.
2.	3° Desafio Garantir a permanência digna das comunidades indígenas e quilombolas dentro dos seus territórios.	Criar projetos sustentáveis que garantam permanência e vivência digna das populações quilombolas e indígenas, assim como outras tradicionais, dentro de suas comunidades.
		Efetivar identificação, a homologação e extrusão das terras historicamente ocupadas por povos tradicionais, criando mecanismos que assegurem a vivência e a permanência de forma digna.
		Garantir o reflorestamento e preservação das matas ciliares das comunidades tradicionais, dando prioridade às espécies nativas.



DELIBERAÇÃO – 21 PROPOSTAS APROVADAS

1 - Investimentos na qualidade e na quantidade dos transportes públicos, garantindo passe livre a todos/as os/as estudantes e transporte escolar para jovens da zona rural e também para pessoas com deficiência, nos diversos Municípios e nos Estados da federação brasileira.

2 - Implementar a política de cotas raciais, com recorte social, nas instituições públicas de ensino superior, que garantam o acesso, a permanência e sustentabilidade dos/as estudantes nas mesmas, através de subsídios.

3 - Implementar passe livre para todos/as os/as estudantes, garantindo meia entrada para estudantes em eventos culturais e esportivos, como formas de facilitar o acesso do/a jovem à cultura tendo em vista que a mesma é complemento prioritário para a melhoria da educação. Também o acesso de pessoas com deficiência deve ser garantido através de estruturas e profissionais qualificados para tal nas casas culturais, ônibus, parques e outros espaços.

4 – Reformular a Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer para Secretaria Estadual de Juventude, com a tarefa de construir uma política de Estado integrada e transversal, mantendo o dialogo com as juventudes da sociedade civil organizada em toda a sua diversidade; e criação de Secretarias de Juventudes nos municípios onde não existem.

5 - Tratar o aborto como questão de saúde pública, garantindo a qualificação e efetivação dos serviços públicos para o atendimento do aborto legal e garantir o debate sobre sua descriminalização e legalização na sociedade brasileira.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



6 – Efetivar e popularizar as políticas públicas de qualificação profissional na perspectiva de eficácia e controle social, implementando políticas de trabalho e renda, a exemplo da Economia Solidária.

7 – Criação do Centro de Referência da Juventude que dialogue, invista e insira as diversas expressões juvenis (REGGAE, Capoeira, Dança Afro, HIP HOP, Cultura GLBT entre outras).

8 – Garantir a obrigatoriedade do conhecimento básico das LIBRAS para profissionais que atendem ao público e da criação de centrais de intérpretes (intérpretes com certificação do Prolibras) nos diversos municípios.

9 – Ampliar os recursos destinados a educação no mínimo 10% do PIB com aplicação direta na formação continuada e infra-estrutura das instituições escolares, assistência estudantil e valorização dos profissionais da educação incluindo sua formação continua.

10 – Ampliar o PROJOVEM à o ensino médio.

11 – Incentivo a extensão universitária no meio escolar rural por parte do governo.

12 – Instituir a democratização da informação e da produção cultural da juventude na mídia garantindo a pluralidade cultural, a diversidade e a acessibilidade (Libras, e Braile), nos meios audiovisuais e impressos.

13 – Criar projetos sustentáveis que garantam permanência e vivência dignas das populações quilombolas e indígenas, assim como outras tradicionais , dentro de suas comunidades.

14 - Implantação de projetos de geração de renda para a juventude do Campo.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



15 – Promover uma revisão criteriosa e democrática das concessões de comunicação existentes (públicas, privadas e comunitárias) e estimular a abertura de novas iniciativas (concessões) de mídia para o povo brasileiro.

16 – Construir e ampliar salas de dança e ginástica, quadras poliesportiva e piscinas nas escolas municipais, estaduais e federais.

17 - Garantir e efetivar a reserva de 10% das vagas para jovens com deficiência na contratação de pessoal terceirizado nos poderes públicos, municipais, estaduais e federal.

18 – Garantir ampla divulgação da lei 10.639 para sociedade, enfatizando seu contexto, utilizando os mais diversos meios de comunicação, implementando-a através da qualificação dos profissionais em educação e de suas práticas efetivas.

19 – Criação e ampliação de equipamentos públicos que sirvam como espaço de produção e difusão dos bens culturais produzidos pelas juventudes.

20 – Garantir o reflorestamento e preservação das matas ciliares das comunidades tradicionais, dando prioridade às espécies nativas.

21 - Garantir a implementação efetiva de políticas de primeiro emprego para a juventude, assegurando a inclusão de jovens com deficiência.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



DELEGAÇÃO ELEITA

RELAÇÃO DA DELEGAÇÃO DA PARAÍBA A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE



TITULARES



SUPLENTES

Nº	Nome	Município	Segmento	Voto
01	Luiza Regina Alves de Oliveira	João Pessoa	SC	51
02	Márcia Alves da Silva	Guarabira	SC	47
03	Helio Silva Barbosa	Campina Grande	SC	38
04	Francinaldo Ferreira C. de Oliveira	Baia da Traição	SC	34
05	Edinaldo Fernandes	Bayeux	SC	32
06	Ozeni Aline de Lima Santos	Campina Grande	SC	32
07	Adalberto Luiz Cruz	João Pessoa	SC	32
08	Joana D'arc R. da Silva	João Pessoa	PPM	32
09	Rafaela Alves Targino	Pilões	SC	30
10	Geziane do Nascimento Oliveira	Santa Rita	SC	29
11	Adailson Regis de Oliveira	Santa Rita	SC	27
12	Bernardo Henrique de Vasconcelos	Sapé	SC	27
13	José Carlos do Nascimento Santos	Cuitegi	PPM	23
14	Matheus Pereira	João Pessoa	SC	23
15	Danielle Oliveira da Silva	Patos	SC	22
16	Thiago Pacheco Barbosa	João Pessoa	PPM	21
17	Jose Robson Ferreira de Lima Araújo	Santa Rita	SC	21
18	Marcelo Davi S. Duarte	Campina Grande	SC	20
19	Sandra Michelle Cruz de Melo	João Pessoa	SC	20
20	Rafaela Morais de Almeida Gomes	Patos	SC	16
21	Ana Paula Cavalcanti Ferreira	João Pessoa	SC	14

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



22	Rildian da Silva Pires Filho	João Pessoa	SC	13
23	Ricardo Jorge Costa Faria Júnior	João Pessoa	SC	#
24	Alexandre Cunha	-	PPE	*
25	Gestor Público Estadual	-	PPE	*
26	Pedro Jefferson de Oliveira		SC	10
27	Priscila Kelly de Alencar Silva		SC	9
28	Edmundo Cabral		PPM	7
29	Caio Fernandes Santos		SC	5
30	Deivisson Victor Pilato da Silva		SC	2
31	Tiago Lima de Gusmão		SC	2
	VOTOS NULOS	3		
	VOTOS BRANCOS	0		

SC – Sociedade Civil

PPM – Poder Público Municipal

PPE – Poder Público Estadual

O candidato foi legitimado pela plenária e garantindo sua vaga.

*** Garantido pela Resolução Nacional Nº 04 e homologado pela COE/PB.**

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



ANEXO



Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer
Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas
de Juventude da Paraíba – COE/PB

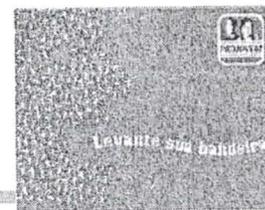
REGIMENTO DA 1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DA PARAÍBA

CAPITULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, do Estado da Paraíba, convocada pelo Decreto 28.823 de 27 de novembro de 2007, será realizada nos dias 28, 29 e 30 de março de 2008 e terá por finalidade:

- I - Contribuir para a construção e o fortalecimento da Política Nacional de Juventude;
- II – Fortalecer a relação entre a sociedade civil e o governo para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da Política Nacional de Juventude;
- III – Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial dos jovens, na formação e no controle das Políticas Públicas de Juventude;

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



- IV – Divulgar, debater e avaliar os parâmetros e as diretrizes da Política Nacional de Juventude;
- V – Indicar prioridades de atuação do poder público na consecução da Política Nacional de Juventude;
- VI - Deliberar sobre a estratégia de monitoramento das resoluções da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude;
- VII - Propor e fortalecer mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes Federativos e destes com a sociedade civil, no âmbito de Políticas Públicas de Juventude;
- VIII - Indicar a construção do Plano Estadual, assim como subsidiar a discussão de um sistema Nacional de Juventude;
- VII- Propor aos governos Federal, Estaduais e Municipais estratégias para ampliação e consolidação da temática juventude junto aos diversos setores da sociedade;
Recomendar diretrizes aos entes Federativos para subsidiar a elaboração de Políticas Públicas de Juventude;
- VIII- Identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis de governo;
- IX- Mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância das políticas públicas de juventude para o desenvolvimento do país;
- X- Fortalecer e facilitar o estabelecimento de novas redes de grupos e organizações de jovens;
- XI- Fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular.

CAPITULO II – DA REALIZAÇÃO

Art.2º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude que será integrada por representantes eleitos/as, na forma prevista no Regimento e em conformidade com o Regimento Nacional, tem abrangência estadual e, conseqüentemente, suas análises e proposições devem ter esta dimensão.

§1º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude tratará de questões estaduais considerando as propostas consolidadas das conferências municipais, regionais e livres tendo como referência o temário nacional.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



§2º - Todos/as os/as delegados/as com direito a voz e voto, e observadores presentes a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude devem reconhecer a precedência das questões de âmbito nacional e estadual, conforme o caso, e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art.3º - A realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude será antecedida por etapas, realizadas no âmbito municipal, regionais e livres.

Parágrafo Único - Serão admitidas Conferências realizadas por agrupamentos regionais de municípios, ou por quaisquer outras formas de associação entre estes.

Art.4º - A etapa municipal e regional, preparatórias da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, terão o prazo máximo para sua realização até 15 de março de 2008.

§1º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude será realizada em João Pessoa, sob o patrocínio do Governo do Estado que poderá buscar parceria com órgão e entidades públicas e privadas para a sua viabilização, e as Conferências Municipais, nos locais e recursos em seu âmbito de atuação.

§2º - A não realização de conferências em todos os municípios não será impedimento para a realização da Conferência Estadual na data prevista.

CAPITULO III – DO TEMÁRIO

Art.5º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude terá como lema: (levante sua bandeira).

Art.6º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas públicas de Juventude desenvolverá em seus trabalhos os seguintes temas:

- I- Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional;
- II- Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude;
- III- Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Art.7º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas públicas de Juventude terá no seu desenvolvimento 07 (sete) grupos de trabalho com os seguintes temários:

- I. GT1 – Participação Política;
- II. GT2 – Diversidade Sexual e Direitos Reprodutivos;
- III. GT3 – Educação;
- IV. GT4 – Trabalho, Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável;
- V. GT5 – Cultura, Comunicação e Mídia;
- VI. GT6 – Esporte e Lazer;
- VII. GT7 – Campo;
- VIII. GT8 – Raça e Etnia;
- IX. GT9 – Pessoa com deficiência.

§1º - O temário será subsidiado por um texto base, elaborado a partir das formulações contidas no documento Política nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas, do Conselho Nacional de Juventude, nas diretrizes da Secretaria Nacional de Juventude e na Cata de Direitos da Juventude da organização Ibero-americana de Juventude, sendo sua discussão orientada por meio de perguntas problematizadoras.

§2º - Os temas deverão ser desenvolvidos de modo a articular e integrar as diferentes políticas de juventude, de maneira transversal, .

CAPITULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º - A 1º Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude será presidida pelo Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer e na sua ausência ou impedimento eventual pelo gerente executivo de juventude e lazer, conforme estabelecido no Decreto Estadual 28.823 de 27 de novembro de 2007.

Art. 9º - Para a organização e o desenvolvimento de suas atividades a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude contará com uma Comissão Organizadora, denominada de COE/PB, com apoio da Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer, da Secretaria Nacional de Juventude, o Poder Legislativo da Paraíba e da Sociedade Civil organizada.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Art. 10º - A COE/PB será composta por 22 (vinte e dois) membros titulares e respectivos suplentes, dos segmentos do Poder Público Executivo e Legislativo no âmbito Estadual e Nacional e do seguimentos sociais com reconhecida atuação e/ou abrangência Nacional e Estadual e Regional, que atuam nas áreas propostas pelo Tema e pelo Lema que será desenvolvido na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude da Paraíba, assim distribuídos:

I – 07 (sete) representantes do Poder Público: 01 da Secretaria Nacional de Juventude, 02 da Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer, 01 da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 01 Deputados Federais e 01 Deputado Estadual;

II – 15 (quinze) representantes da sociedade civil organizada, das seguintes entidades, **Titulares:** Projeto ATORES, FETAG-PB, Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (SEJAP), ASTEIAS – Juventude, Atitude e Cidadania, União dos Escoteiros do Brasil, Fórum da Juventude de Santa Rita, CUT-PB, União de Moradia Popular – PB, Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Juventude Partidária do PSDB, Juventude Partidária do PT, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Diretório Central dos Estudantes (DCE – UFPB), Movimento do Espirito Lilas (MEL), Grupo produtivos de Jovens na Economia Solidária e **Suplentes:** Pastoral da Juventude do Meio Popular-(PJMP), Rede de Jovens do Nordeste, Fórum da Juventude de Bayeux.

Art.11º - Compete a Comissão Organizadora - COE/PB:

- propor os critérios e modalidades de participação e representação dos interessados(as), bem como o local de realização da Conferência;
- acompanhar, deliberar e propor as iniciativas referente à organização da 1º Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude;
- mobilizar seus parceiros e filiados de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação nos municípios, para preparação e participação nas conferencias locais.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Art.12º - A comissão organizadora poderá criar Grupos de Trabalho, no caso necessário e em conformidade com o Regimento Nacional, com atribuições específicas, dentre os quais:

- 1.GT de mobilização, para desenvolver atividades de mobilização, adesão dos municípios a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude e apoio à realização da etapa preparatória municipal e/ou estadual;
- 2.GT de validação, para realizar o trabalho de validação da convocação e da realização das conferências municipais e regionais;
- 3.GT de Organização, para cuidar da logística da Conferência Estadual;
- 4.GT de Sistematização, encarregada de sistematizar os relatórios das conferências municipais, regionais e dos resultados da conferência estadual;
- 5.GT de Metodologia, encarregado pela montagem e pelos métodos utilizados para o desenvolvimento das atividades inerentes a realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude;
- 6.GT de Cultura, encarregado de pensar, elencar e viabilizar as atividades culturais para a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude.

CAPITALO V – DOS PARTICIPANTES

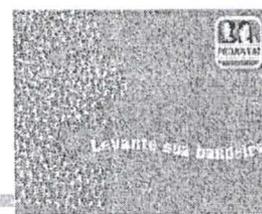
Art.13º - A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, aberto ao público, terá uma composição de 600 delegados/as, assim distribuídos:

- I – 500 delegados/as, eleitos/as nas etapas municipais, regionais e livre, COE/PB, terá direito a voz e voto;
- II – 100 observadores/as e convidados, terão apenas direito a voz;

Art. 14º Os participantes da 1ª Conferência Estadual de Políticas públicas de Juventude se distribuirão em duas categorias:

- I - Delegados com direito à voz e voto; e
- II - Observadores com apenas direito à voz.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Art. 15º – Poderão se inscrever qualquer pessoa interessada em contribuir com temática da juventude, e os observadores poderão se credenciar na secretaria da conferência e receberem crachá e programação.

§1º - Os observadores, não terão direito a se eleger para etapa nacional;

§2º - Os observadores não terão direitos garantidos a alimentação, alojamento, material didático. Após o final do credenciamento dos/as delegados/as e seus respectivos suplentes, havendo vagas remanescentes serão distribuídos entre observadores fichas para acessares o alojamento, a alimentação e a material didático.

Art. 16º - Serão delegados/as à 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude:

- I - Os eleitos nas conferências Municipais, Regionais e Livres;
- II - A comissão Organizadora (delegados/as) natos.

Parágrafo Único - O/A delegado/a titular eleito/a nas etapas municipais, regionais e livres terão um suplente do mesmo segmentos, que somente será credenciado na ausência do titular.

Art. 17º - A representação dos diversos segmentos na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, em todas as suas etapas deve ter a seguinte composição:

- I - Gestores, administradores públicos, Judiciário e legislativo - Federal, Estaduais, Municipais;
- II - Sociedade civil;

1. CAPÍTULO VI – DO FUNCINAMENTO DA CONFERÊNCIA

Art. 18º - O credenciamento dos/as delegados/as da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude deverá ser realizado pessoalmente pelo participante, com documento de identificação oficial com foto, na secretaria do evento.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Art. 19º - O credenciamento dos/as delegados/as inscritos para 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude será realizado nos dias 28/03, a partir das 16h00minh e terá seu término às 10h00min do dia 29/03/2008.

Art. 20º – A COE/PB deverão providenciar crachás para diferenciados entre delegados/as e observadores/as, e emitir a listagem final de participantes credenciados/as na conferência.

§1º – Esta exigência visa assegurar o registro de todos os participantes presentes na conferência e delimitar o universo de aptos a priorizar as propostas e eleger os/as delegados/as à Conferência nacional.

§2º – Compete a COE/PB coordenar e acompanhar o processo de credenciamento, assegurando que todos os participantes sejam devidamente credenciados, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no estado e aprovados nacionalmente.

Art. 21º – O funcionamento da 1ª Conferência Estadual de Políticas Pública de Juventude, terá a seguinte programação:

I. 1º Dia (28 de Março)

- Acolhida e Credenciamento (16h às 21h)
- Jantar para a delegação do interior do Estado (18h às 19h)
- Apresentação Cultural (19h)
- Abertura – Mesa: Governo Federal; Secretário de Estado de Juventude, Esporte e Lazer; Governo Municipal; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Juventude; COE-PB e Sociedade Civil. (19h30 às 20h30)
- Apresentação Cultural (21h30).

II. 2º Dia (29 de Março)

- Café da manhã (7h às 8h)
- Credenciamento (8h às 10h)
- Mesa – Contextualização abordando os temas propostos pelo CNJ (09h às 12h)

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



- Almoço (12h às 14h)
- Inscrição de candidaturas a delegado (a) (14h às 20h)
- Grupos de Trabalho (14h às 18h)
- Sistematização (18h)
- Jantar (18h às 20h)
- Apresentação Cultural (21h às 23h30)

III. 3º Dia (30 de Março)

I- Café da manhã (7h às 8h)

II- Plenária Final

1º momento (8h30 às 11h30) - Apresentação das candidaturas a delegado (a); critérios de eleição; indicação das prioridades (desafios e soluções); eleição dos delegados (as) a I CNPPJ.

2º momento (13h30 às 15h30) – Eleição das 21 propostas da 1ª CEPPJ e homologação da delegação da Paraíba a Conferência Nacional.

SEÇÃO II - Dos Grupos de Trabalho

Art. 22º - Cada Grupo de Trabalho será formado por um máximo de 30 (trinta) participantes.

§ 1º - O Grupo de trabalho terá um coordenador/a, um/a facilitador/a e um/a relator/a indicados pela comissão organizadora com a função de presidir a reunião, controlar o tempo e estimular a participação de todos os membros do Grupo de Trabalho, e garantir todos os registros relativos à discussão e conclusões dos trabalhos, respectivamente.

§ 2º - Do relatório do Grupo de Trabalho farão parte às propostas aprovadas pela maioria simples dos delegado ou delegadas, o qual será encaminhado à Comissão de Sistematização para Relatório.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



2. SEÇÃO III - Da Plenária Final

Art. 23º - A Plenária Final da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude terá como objetivo debater e aprovar o Relatório Final, as Moções apresentadas e referendar a escolha dos/as delegados/as da Paraíba, para a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude em conformidade com o que determina o Regimento Interno Nacional.

§ Parágrafo Único – No sentido de facilitar o encaminhamento dos trabalhos, a Comissão Organizadora designará localizações específicas para os/as delegados/as e os demais participantes.

Art. 24º – A plenária final aconteceram em dois momento:

I - 1º momento que aconteceram das 8h30 às 11h30, será espaço de apresentação os critérios do processo eleitoral, e das candidaturas a delegado/a a etapa nacional, e a escolha das prioridades (desafios e propostas construídas nos GT's) de dezoito (18) propostas construídas nos GT's, a escolha aconteceram através do momento interativo, e também eleição dos/as delegados/as a I CNPPJ.

II - 2º momento que aconteceram das 13h30 às 15h30, com a apreciação e aprovação de três (03) propostas, divulgação dos resultados do processo eleitoral e homologação da delegação da Paraíba a Conferência Nacional.

Art. 25º - Os trabalhos serão coordenados por uma mesa constituída por integrantes da Comissão Organizadora e dirigida pelo seu/a Presidente, ou alguém por ele/a indicado, em conformidade com o Artigo 4ª deste Regimento Interno.

§ Parágrafo Único – Os trabalhos serão secretariados pelos integrantes das Comissões de Sistematização, Regimento e Metodologia.

Art. 25º - Da agenda da Plenária Final constarão os seguintes itens:

1. Apreciação da proposta de Relatório Final;
2. Apreciação das Moções;
3. Referendo dos/as Delegados/as para a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Art. 26º - A apreciação da Proposta de Relatório Final será encaminhada da forma que segue:

7. Proceder-se-á com antecedência a distribuição do Relatório Final dos grupos temáticos, preparada pelas Comissões de Sistematização e Metodologia, a partir dos relatórios dos Grupos de Trabalho;
8. Assegurar-se-á aos delegados, delegadas, o direito de solicitar o exame em destaque de qualquer item da Proposta de Relatório Final;
9. As solicitações de destaque deverão ser encaminhadas, até o final da leitura da Proposta, constituindo-se em proposições de redação substitutiva, aditiva ou supressiva, em relação ao item destacado;
10. Identificado o conjunto dos itens de destaque, proceder-se-á a votação da Proposta de Relatório Final, ressaltando-se esses itens;
11. Após a votação do Relatório Final, serão chamadas, uma a uma, as apresentações de destaque;
12. Os/as propositores/as de destaque terão 03 (três) minutos improrrogáveis, para a defesa do seu ponto de vista. O/a presidente da Mesa concederá a palavra a seguir, por igual tempo, ao delegado/a ou participante que apresente posição contrária à do/a propositor/a do destaque. A Mesa poderá conceder réplica ou tréplica com a anuência do Plenário.

Art. 27º - As moções encaminhadas deverão tratar de assuntos de âmbito estadual repercussão nacional, redigidas em uma lauda no máximo, escrita em todas as folhas das assinaturas e apresentadas à mesa coordenadora dos trabalhos até as 12h00min horas do dia 30 de março de 2008.

§ 1º - Cada moção deverá conter pelo menos a assinatura de 10% (dez inteiros por cento) dos/as delegados/as inscritos na Conferência Estadual.

§ 2º - A Sistematização organizará as moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por áreas temáticas, dando ciência aos propositores para que organizem a apresentação na Plenária, facilitando o andamento dos trabalhos.

§ 3º - Encerrada a fase de apreciação do Relatório Final da Conferência, o/a Presidente de Mesa fará a leitura das moções por área temática, garantindo o tempo de 03 (três) minutos, quando houver destaque, para defesa da moção.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



§ 4º - Serão concedidos 03 (três) minutos, no máximo, para defesa do ponto de vista contrário ao exposto na moção.

§ 5º - A seguir, a moção será colocada em votação. Não será aceita, em hipótese alguma, réplica.

Art. 28º - Concluída a apreciação das moções, iniciar-se-á a eleição dos/as Delegados e Delegadas da Paraíba à 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Em seguida de posse da relação de todos os delegados e delegadas eleitos/as pelos segmentos, a Mesa apresenta os nomes para homologação pela Plenária.

Art. 29º - O *quórum* para a aprovação das matérias pela Plenária será o de maioria simples dos delegados e delegadas presentes.

Art. 30º - Assegura-se aos Participantes da Plenária Final o questionamento à Mesa "PELA ORDEM" e de "ESCLARECIMENTO", sempre que, a critério de qualquer um desses integrantes não esteja sendo cumprido o Regimento da Conferência ou o Regulamento Interno.

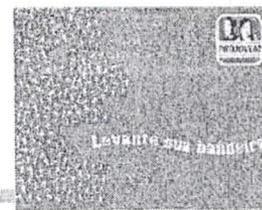
Art. 31º - Durante os períodos de votação será vedado qualquer tipo de intervenção.

3.

Art. 32º - De acordo Regimento Interno Nacional, no Artigo 29, parágrafo segundo, o Relatório Final da etapa estadual deverá seguir o mesmo modelo estabelecido pela Secretaria Nacional para as etapas municipais e conferências livres. Além do preenchimento do mesmo, cabe à COE/PB anexar e enviar à Secretaria os seguintes documentos:

- I – Formulários de Inscrição de Participantes
- II – Formulários de Delegados/as eleitos/as à nacional
- III - Questionários da pesquisa de perfil dos participantes (se tiver sido aplicado na etapa)

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



§1º – De acordo com o Artigo 30º do Regimento Interno Nacional, a COE/PB tem até 10 (dez) dias após a realização da etapa para o envio do Relatório Final da mesma.

§2º – O(s) representante(s) da Secretaria Nacional ficará(ão) responsável(eis) por reunir e entregar os documentos especificados neste artigo à Comissão Nacional, imediatamente após o seu regresso à Brasília. Além disso, deverão fornecer à Comissão Nacional de Sistematização a relação das 21 propostas priorizadas e aprovadas na Plenária Final da etapa estadual.

§3º – Esta ação não substitui o envio do Relatório Final detalhado pela COE/PB, incluindo fotos, registros, materiais produzidos e outros documentos relevantes.

CAPITULO VII - DA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS À CONFERÊNCIA NACIONAL

Art. 33º - 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude elegera 25 delegados/as que representarão o Estado na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, observando-se o disposto no Artigo 47, do Regimento Nacional, as seguinte forma:

§1º – No mínimo 80% da delegação da Paraíba será da sociedade civil e 20% do poder público, garantido no mínimo 1 dos delegados sendo do governo estadual.

Parágrafo único – Os/as delegados/as eleitos/as presentes à na Conferência, votarão, para escolha dos/as delegados/as à Conferência Nacional, em três nomes, entre os candidatos apresentados, observando-se as seguintes disposições:

I - Os três votados devem ser pessoas diferentes;

II - Os três votados não podem ser do mesmo sexo;

III - Os três votados não podem ser de um mesmo município;

IV . Será considerado nulo o voto que não cumprir as exigências contidas nos incisos anteriores;

V . Será considerado eleito os/as candidatos/as que receberem o maior número de votos até o limite de vagas de delegados, ficando os demais como suplentes;

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



VI . Como critério de desempate tem preferência, respectivamente, o candidato do sexo menos representado e o candidato de município não representado.

Art. 35º - A forma de eleição dos/as delegados/as à etapa nacional é fundamentada em votação secreta trinomial, respeitando os critérios já estabelecidos no Artigo 7º da Resolução 1 desta Comissão.

§1º – A Secretaria Nacional de Juventude fornecerá a COE/PB as cédulas eleitorais impressas em quantidade suficiente para atender à respectiva etapa estadual.

§2º – No verso da cédula deverá ter duas assinaturas de mesários a serem definidos pela COE/PB. Somente serão consideradas cédulas válidas aquelas que tiverem com assinaturas.

§3º – A COE/PB deverá emitir, a partir da lista de credenciados, a listagem com o nome de todos os participantes aptos a votar.

§4º – A listagem de aptos a votar deverá ser disponibilizada no local de votação e deverá conter ao lado de cada nome o espaço para a respectiva assinatura do votante.

§5º – A COE/PB deverá emitir e disponibilizar nos locais de votação a lista dos candidatos à delegado/a à Etapa Nacional.

Art. 34º - A votação deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – Os três votos da cédula são vinculados, portanto, somente será considerada para apuração do voto a cédula toda.

II - Serão considerados votos válidos **somente** as cédulas que tiverem as três linhas preenchidas.

III – O votante deverá preencher cada linha da cédula indicando **obrigatoriamente o número e o nome** dos seus candidatos conforme a lista fornecida pela COE/PB.

Art. 35º - A cédula será considerada nula nos seguintes casos:

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



- I – Se o votante preencher apenas 1 (uma) ou 2 (duas) linhas da cédula
- II – Se o votante rasurar 1 (uma) ou mais linhas da cédula
- III – Se o votante preencher na cédula três candidatos do mesmo sexo.
- IV – Se o votante preencher na cédula três candidatos que residam nos mesmos municípios.
- V – Se o votante preencher o nome do mesmo candidato em mais de 1 linha.
- VI – Se o votante preencher apenas 1 (uma) ou 2 (duas) linhas da cédula, deixando algum campo em branco, rasurado ou repetido.

Art. 36º - Serão considerados votos brancos quando todas as três linhas não estiverem preenchidas.

Art. 37º - A apuração dos votos deverá obedecer aos seguintes critérios:

- I – A comissão designada pela COE/PB para apurar os votos deverá conferir o número de cédulas com o número de votantes que assinaram a listagem de aptos a votar.
- II – Depois de conferidos os números de cédulas e votantes os votos deverão ser apurados observando-se as regras de nulidade da cédula.
- III – Posteriormente serão contabilizados os três votos de cada cédula.
- IV – Cada município indica um representante da sociedade civil para compor a comissão fiscalizadora do processo eleitoral, sendo que o referido não pode ser candidato/a.

Art. 38º - Serão eleitos/as como delegados/as à etapa nacional aqueles candidatos que obtiverem maior número de votos.

Art. 39º – Em caso de empate entre os/as candidatos/as à delegado/a à etapa nacional deverão ser observados os critérios de desempate na seguinte ordem:

- I – Terá a preferência da vaga o/a candidato/a que for do sexo com menor representação na delegação eleita.
- II – Terá a preferência da vaga o/a candidato/a que for do município com menor representação na delegação eleita.
- III – Terá a preferência da vaga o/a candidato/a que tiver a menor idade.

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



CAPITULO VIII – DOS RECUSOS FINANCEIROS

Art.40º - As despesas com a organização geral e com a realização da 1º Conferência Estadual de Políticas Publicas correrão por conta de recursos próprios do tesouro Estadual e de convênios com Governo Federal através da Secretaria Nacional de Juventude, parcerias, e outras fontes, do setor publico e privado.

Parágrafo Único - As despesas de transporte com a delegação da Paraíba a Conferência Nacional, serão custeadas por recursos do Governo Federal, através, da Secretaria Nacional de Juventude.

4.CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º - Os casos omissos e conflitantes serão resolvidos pela Comissão Organizadora Estadual ad referendum a plenária, em última instância, pela Comissão Organizadora Nacional.

João Pessoa, 28 de março de 2008.

Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual
de Políticas Públicas de Juventude da Paraíba

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



RELATORIO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS, REGIONAIS E LIVRES

O processo de validação e sistematização das etapas municipais, regionais e livre que ocorreram do Estado da Paraíba, no período de novembro de 2007 a março de 2008, estão organizadas as contribuições para subsidiar os GT's na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude da Paraíba. As etapas municipais, regional e livre reuniram 944 participantes Araçagi, Baía da Traição, Bayeux, Belém, Cabedelo, Campina Grande, Cuitegi, Guarabira, João Pessoa, Lucena, Marcação, Patos, Pilões, Pirpirituba, Santa Rita e Sapé. Em seguida iremos apresentar as propostas organizados em eixos temáticos como seguir:

GT de PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Criação de um fórum permanente para discutir políticas públicas de, com e para a juventude. – CAMPINA GRANDE

Criação de conselho municipal de juventude. – CAMPINA GRANDE

Criação de encontro anual municipal de formação sobre políticas públicas de, com e para a juventude. – CAMPINA GRANDE

Criar o conselho da juventude nos municípios. - ARAÇAGI

Criação de conselhos municipal de juventude.- CUITEGI

Fiscalizar o orçamento público. - ARAÇAGI

Criação do conselho municipal de juventude, com garantia de infra-estrutura e orçamento; de caráter deliberativo e paritário com a atribuição de formular políticas públicas de juventude. – JOÃO PESSOA

Fortalecimento da mobilização, identidades e linguagens das juventudes através de mapeamento e diagnósticos, festivais, meios de comunicação popular, grêmios, capacitações política. – JOÃO PESSOA

Reformulação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação e da Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer com a tarefa de construir uma política integrada e transversal de juventude, e criação de secretarias municipais e estaduais de juventude onde não existem. – JOÃO PESSOA

Inclusão de diversos segmentos de organização juvenis nas diversas esferas de controles sociais. – BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Manter o intercâmbio com outros movimentos sociais para troca de experiência e unificação dos mesmos. – BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

incentivar a criação de grêmios estudantis e projetos sociais. - BAYEUX

Implementar os canais de participação Fóruns - BAYEUX

Instalar o conselho municipal de juventude - BAYEUX

Instalar a secretaria municipal de juventude - BAYEUX

Criação de um fórum municipal da juventude – GUARABIRA

Criação do conselho da juventude, criação do fórum regional da juventude, criação municipal de uma secretaria da juventude, fazer com que a juventude entenda o seu papel enquanto conselho e fórum, capacitação política, intervenção nas políticas públicas da juventude e para a juventude. - GUARABIRA

Criação de um Fórum Municipal da Juventude - SAPÉ

Discutir a implantação de uma Casa de Juventude - SAPÉ

Criação de Um Conselho Municipal da Juventude. - SAPÉ

Pressão popular para a criação do Conselho Municipal de Juventude – SANTA RITA;

Mobilização e articulação das diversidades juvenis – SANTA RITA;

GT de DIVERSIDADES SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

O Poder Público deve adotar medidas para transformar a educação e com isto possibilitar um melhor conceito sobre a diversidade sexual em termos de disciplina curricular. – CAMPINA GRANDE

O Poder Público capacitar profissionais da educação para trabalhar em conjunto com a sociedade civil para um melhor conceito de formação sobre diversidades e gênero. – CAMPINA GRANDE

Poder executivo e legislativo promover campanhas palestras e grupos de discussões sobre diversidade sexual nas escolas com participação da sociedade. - CAMPINA GRANDE

Incluir no currículo formal educacional Federal, Estadual e Municipal, as temáticas dos direitos sexuais, reprodutivos e da diversidade sexual juvenil garantindo formação continuada. – JOÃO PESSOA

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Implantar na gestão Federal, Estadual e Municipal o plano de política pública para a juventude, garantindo a intersetorialidade das ações e sensibilizar os gestores para os direitos sexuais e reprodutivos. – JOÃO PESSOA

Efetivar a política de atendimento humanizado às mulheres jovens vítimas de violência sexual e garantir a política pública de saúde na rede municipal, a partir das diversidades, bem como, ampliar o acesso do serviço de tratamento do HPV (Vírus Papiloma Humano) em jovens, na assistência a saúde. – JOÃO PESSOA

Qualificar e dar condições para que os mesmos desenvolvam em suas comunidades serviços de multiplicadores na prevenção de doenças no combate ao acesso as drogas e iniciação sexual precoce. – BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

GT de EDUCAÇÃO

1ª Conferência Estadual de Juventude/PB

Melhorar a qualidade da educação com a implementação da sociologia-filosofia no ensino básico, tendo como objetivo buscar o senso crítico juvenil nos espaços de intervenção da sociedade. – CAMPINA GRANDE

Garantir o acesso e a permanência dos jovens na estrutura educacional através de medidas como: passe livre, bolsa alimentação, materiais e recurso didáticos. – CAMPINA GRANDE

Integrar a escola, universidade e comunidade. – CAMPINA GRANDE

Ampliar os recursos destinados à formação continuada e infra-estrutura das instituições escolares, bem como valorizar os/as trabalhadores/as da educação no ambiente escolar. – JOÃO PESSOA

Criar mecanismo e estratégias para ampliar a participação política e social dos/as jovens no ambiente escolar e comunitário (conselhos deliberativos paritários, Grêmios estudantis) – JOÃO PESSOA

Implementar o passe livre para os estudantes das escolas públicas como forma de garantir o acesso e a permanência a escola e outros bens culturais. – JOÃO PESSOA

Implantar o projeto de educação ambiental em nossas escolas. – BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

Garantir os transportes dos universitários e secundaristas – SANTA RITA

Implementação da disciplina de sociologia nas escolas públicas do município – SANTA RITA;

Aplicação de lei 10639/03 nas escolas. – GUARABIRA

Proposta da casa de passagem e a migração rural.- GUARABIRA

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Implantação do campus universitários – SANTA RITA

Efetivar as leis existentes que discute a cultura, filosofia e sociologia. - BAYEUX

Abertura das escolas p/a comunidade nos finais de semana p/ atividade extracurriculares a exemplo, eventos culturais permanente que dialogue com as diversas expressões juvenis (Reggae, capoeira, dança afro, hip hop, etc) - BAYEUX

Dedicação exclusiva dos profissionais da educação com o salário compatível - SAPÉ

Criação de cursos profissionalizantes – SAPÉ

Promover a Interação da família, escola e comunidade - SAPÉ

Mais Escolas com laboratórios – PATOS

Professores Para Todas as Matérias – PATOS

GT de TRABALHO, GERAÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Valorizar o trabalho autônoma e autogestão baseados no principio da economia solidária. – CAMPINA GRANDE

Reconhecer as diversas formas de trabalho da juventude (arte, cultura, pesquisa, entre outros) – CAMPINA GRANDE

Encubação e organizações de jovens no campo e na cidade com apoios técnicos e financiamento a fundo pedido. – CAMPINA GRANDE

Criar projetos de qualificação para os jovens e o mercado de trabalho. – ARAÇAGI

Incentivo a economia solidária com a criação de cooperativas - ARAÇAGI.

Defender a Economia Solidária como uma das alternativas de Desenvolvimento Sustentável. – JOÃO PESSOA

Efetivar e popularizar as políticas públicas de qualificação profissional na perspectiva de eficácia e controle social, implementando políticas de trabalho e renda. – JOÃO PESSOA

Incentivar o Plano Nacional de reforma Agrária e as políticas de agricultura familiar sustentável. – JOÃO PESSOA

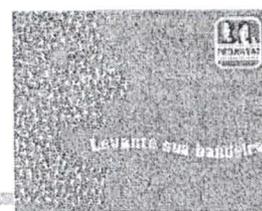
Cursos Profissionalizantes (corte e costura, mecânica, etc) - PILÕES

Montar Cooperativas para todos os membros da família - PILÕES

Maior comprometimento do Poder Público na geração de Emprego e Renda; - PILÕES

Curso de Qualificação Profissional - PATOS

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Incentivo Fiscal as Empresas que Contratarem Mão de Obra Juvenil - PATOS

Inserir no Município o Programa 1º Emprego do Governo Federal e Estadual - PATOS

Qualificação dos professores - BELEM.

Cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local e demandas, ampliar programas públicos de incentivo ao 1º emprego. - BELEM

Incentivo a geração de emprego e renda - BELEM.

Incentivo a cultura local. - BELEM

Que os órgãos competentes desenvolvam mecanismo que possibilitem o acesso jovem, em cursos de aperfeiçoamento profissional, garantindo assim, inclusão social. – BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

Implantação dos programas sociais destinados a incentivo do primeiro emprego, escola de fabrica e consocio social da juventude e PRONAF Jovens. - SANTA RITA

Criação de núcleos de produção e cooperativas com a metodologia da econômica solidária para jovens urbanos e rurais. - SANTA RITA

Parcerias com as empresa privadas para viabilizar o acesso a estágios, emprego e renda para absorção da demandas capacitadas pelos núcleos de qualificação. - SANTA RITA

Curso profissionalizantes(informática, agropecuária, outros) - SAPÉ

Formar associação de jovens - SAPÉ

Investir na qualificação dos/as professores/as na área profissionalizante, como também investir em mais cursos nos bairros. - BAYEUX

Formação para o Empreendedorismo, proporcionando o crédito e estímulo à organização de negócios (individuais ou cooperativas). - BAYEUX

Cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local e demandas, ampliar programas públicos de incentivo ao 1º emprego. - CUITEGI

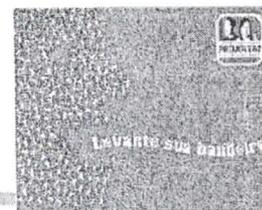
Incentivo a geração de emprego e renda - CUITEGI.

Programa de emprego e geração de renda. - PIRPIRITUBA

GT de CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA

Incluir na programação de rádio e TV, em geral, uma programação que contemple a diversidade étnica, cultural e regional. – CAMPINA GRANDE

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Acesso a internet nas escolas públicas, incluindo uma biblioteca nos municípios para o incentivo de arte e cultura nas escolas. - CUITEGIR

Incluir cultura e arte como disciplina de ensino nas escolas e universidades todos os seus cursos. – CAMPINA GRANDE

Dar acesso cultural gratuita a juventude da periferia e do campo através de um projeto de circuito cultural. – CAMPINA GRANDE

Criação de um fórum municipal das juventudes na cidade de João Pessoa, afim de serem definidas proposições referentes às políticas públicas de juventude. – JOÃO PESSOA

Garantir em lei a veiculação nos meios de comunicação de massa, à produção cultural da juventude, sem preconceitos e discriminações de raça/etnia, orientação sexual, gênero e sexo. – JOÃO PESSOA

Qualificar e investir nas políticas e ações dos Centros de Referência da Juventude e ampliar o número destes serviços, especialmente, as atividades culturais, como forma de disseminação da cultura e expressões juvenis. - JOÃO PESSOA

Orçamento Público Específico no Apoio a Cultura Desenvolvida Pelos Jovens - PATOS

Levantamento dos grupos e manifestações culturais e locais - PILÕES

Espaços destinados às atividades culturais. - PILÕES

Criação do Espaço Cultural da Juventude – PATOS

Criação do Dia Municipal da Cultura Jovem - PATOS

Realização e promoção de encontros, festivais e apresentações culturais (teatro, musica, cinema). - CABEDELO

Educação cultural e artística nas escolas e comunidades. - CABEDELO

Divulgação dos grupos de cultural e criação de centro cultural no Bairro de Monte Castelo - CABEDELO

Apoio financeiro e manutenção do Centro Cultural e de outros espaços. - CABEDELO

Promoção de oficinas culturais e valorização de iniciativas culturais já existentes. - CABEDELO

Criar novos pontos de cultura, gerando assim, mais intercâmbio e unificação da juventude independente de grupos ou etnias. - BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

Divulgação da cultura local em todas as festividades da cidade - BAYEUX

Criação de eventos cultural permanente que dialogue com as diversas expressões juvenis (Regue, capoeira, dança afro, hip hop est) - BAYEUX

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Criar a secretaria de cultura do município - BAYEUX

Valorização da cultura popular regional (resgatar as nossas raízes, como lapinhas cirandas...) - SAPÉ

Garantir espaço na mídia voltado para problemática da juventude e divulgação de experiências. - SAPÉ

Criar e aproveitar os meios de comunicação disponíveis para a interação cultural dos/as jovens - SAPÉ

Legalização e efetivação do conselho municipal de cultura. - SANTA RITA

GT de ESPORTE E LAZER

Construção de Áreas de Esporte - PATOS

Apoio aos Atletas Jovens do Município - PATOS

Criar mais espaços físicos para o desenvolvimento da prática esportiva; - PILÕES

Fomentar e ampliar a diversidade das modalidades esportivas; - PILÕES

Criar a secretaria municipal do esporte - PILÕES

Inclusão dos Jovens Altinenses no programa Bolsa Atleta - PATOS

Criar espaços de incentivos ao esporte, cultura e lazer respeitando as especificidades de cada um. - BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

- 1.
2. construção de espaços públicos voltados p/ educação esportiva, lazer e turismo, que atendam as necessidades e reivindicações das comunidades locais, observando a legislação pertinente. - BAYEUX

Aproveitamento de espaços abandonados para as práticas de esporte e lazer. - BAYEUX

Efetivação da secretaria de esporte e lazer que atenda as necessidades e demandas da juventude nessa área. - BAYEUX

construção de uma vila olímpica com todos os aparelhos esportivos das diversa modalidades. - SANTA RITA

Revitalização de espaços esportivos já existentes á exemplo da ginásio poliesportivos e do Centro social urbano. - SANTA RITA

Revitalização das praças e instalação de parques infantil e outras formas de lazere em todos os bairros da cidade, incluindo a zona rural – SANTA RITA

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Mapeamento minucioso de área geográfica dos bairros (espaços disponíveis). - CABEDELO

Construção de quadras poli esportivas que apresentem propostas educativas. - CABEDELO

Implementação de programas como “Escola Aberta” e “2 tempo”. - CABEDELO

Colocação nas praças já existentes de aparelhamentos como: barras, prancha para abdominal, pista para skate modalidade street, playground, caixa de areia, tabela para basquete, rede de vôlei e traves de futebol. - CABEDELO

Que após criado, o Conselho Municipal de Juventude seja consultado para aprovação das futuras plantas arquitetônicas das praças, com o objetivo de atender as suas finalidades. - CABEDELO

Realizações de campanhas educativas na perspectiva de preservação do patrimônio e do verde existente nas praças. - CABEDELO

Criação de espaços de lazer para a juventude – SAPÉ

GT de CAMPO

Desenvolver Programas de políticas públicas específicas para os jovens em situações de risco. – BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

Educação que valorize a comunidade do campo. – PILÕES

Políticas Públicas para todos os jovens rural - PILÕES

Agrônomos para a assistência da juventude no campo. PILÕES

TRANSPORTE PÚBLICO E COLETIVO

Municipalização e Estadualização dos transportes coletivos – CAMPINA GRANDE

Criação de um programa do Ministério dos Transportes que faça o repasse de verba e que possibilite os Estados e municípios subsidiar os transportes públicos ou coletivos, para que haja a gratuidade dos transportes coletivos, independente da distância (municípios ou estados) aos estudantes de instituição ensino em nível básico de 1ª e 2ª fase, ensino superior na fase de graduação, escolas técnicas, e curso preparatório para vestibular desde que esse seja de extensão. – CAMPINA GRANDE

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



MEIO AMBIENTE

Campanhas de conscientização da população na preservação do meio ambiente. - PIRPIRITUBA

Promover uma ampla política de educação ambiental, em torno dos diferentes ecossistemas. - BAYEUX

Criação de políticas de conscientização nas comunidades ribeirinhas, com relação aos rios e mangues, como também aos seres vivos existentes nesse tipo de ecossistema. - BAYEUX

Criação e efetivação da secretaria do meio ambiente para a construção dessas práticas acima citadas. - BAYEUX

Fiscalizar e garantir a permanência das matas ainda existente no território potiguara. - BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

Reflorestar as matas ciliares. - BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

Criar viveiros de mudas, dando prioridade às espécies nativas. - BAIA DA TRAIÇÃO e MARCAÇÃO

DROGAS, DEPENDENCIA QUIMICA E VIOLENCIA

5. Fortalecer a parceria nas três esferas entre o poder público e a sociedade civil, através dos conselhos e fóruns, efetivando a perspectiva da política de redução de danos. – JOÃO PESSOA

Garanti a adoção da Abordagem crítico-superadora da Cultura Corporal como prática pedagógica a ser efetivada nos espaços onde serão desenvolvidas as ações de prevenção e atenção. – JOÃO PESSOA

Oferta de recursos para a Comunidade:

Espaço para a prática de Esportes, Centros de Vivência, CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas, e pessoa qualificado para o desenvolvimento das ações. – JOÃO PESSOA

Promover um dia “D” da Juventude em prol da saúde pilonense; - PILÕES

Levar à Câmara Municipal um projeto reivindicando um centro hospitalar; - PILÕES

Incluir no calendário municipal da saúde um dia por semana, palestras, orientações para a juventude em associações, escolas e colégios. - PILÕES

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



Casas de recuperação – GUARABIRA

Implantar nas escolas meios intensivos de conscientização dos efeitos das drogas(criar uma disciplina a esse respeito) – GUARABIRA

Garantir a implementação do tema drogas nas escolas. - GUARABIRA

Implementar CAPS-AD voltado para o atendimento de adolescentes e jovens dependentes de drogas ilícitas e lícitas. - BAYEUX

Garantir a efetivação da política de redução de danos, no enfoque da prevenção e minimização da utilização de substâncias químicas. - BAYEUX

Capacitar os policiais para um abordagem mais humanizado. - BAYEUX

Implantar o CAPS-AD – SANTA RITA;

Descentralizar e ampliar o atendimento do Serviço de atendimento Especializados; SANTA RITA

Ampliar o atendimento e acesso aos programas de saúde e as vias públicas às pessoa com deficiência. - SANTA RITA

educação integral (a-atividades divididas por faixa etária; b-cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local; c-atividades esportivas, culturais e de lazer; d- inserção da família). - santa rita

Programas Específicos voltados Para Prevenção de Doenças Para Jovens - PATOS

Aumentar o Número de PSFs No Município - PATOS

Criação do centro de referência a jovens vítima de violência. - SANTA RITA

Criação do centro de apoio a jovens com dependência química. - SANTA RITA

Casas de Recuperação - SAPÉ

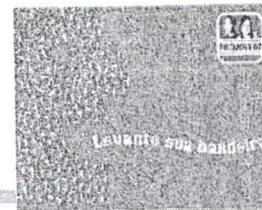
Implantar nas escolas meios intensivos de conscientização dos efeitos das drogas(criar uma disciplina a esse respeito) – SAPÉ

Programas de Combate ao uso das drogas - Sapé

FAMÍLIA

criar e efetivar programas de orientação (diálogo e cuidado), com profissionais capacitados (psicólogos/as, pedagogos/as, entre outros/as) para os pais com os filhos (juventude). - BAYEUX

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



criação de um centro de vivência com várias atividades de integração familiar. - BAYEUX

Garantir que o tema família faça parte de fato do dia-a-dia das escolas, com acompanhamento de profissionais, realizando visitas domiciliares, resultando na melhor integração da escola no ambiente familiar. - BAYEUX

Criar atividades que possam orientar e educar pais filhos, usando espaço públicos nos finais de semana com (palestras, oficinas atividades de esporte e lazer) envolvendo entidades e sociedade civil organizada (igrejas, escolas, ONGs e etc.) - SAPÉ

Sensibilizar os jovens sobre a importância do diálogo na família através de orientações técnicas (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, etc.), Através das escolas, ongs, associações comunitárias. - SAPÉ

Criar órgãos nas comunidades que proporcionem o atendimento familiar, oportunizando melhoria de vida a essas famílias. - SAPÉ

Formar conselhos escolas que possam trabalhar a participação efetiva dos pais em cada escola, a fim de ser ambiente de interação família/escola. Todo esse processo deverá ser acompanhado por psicólogas/os, pedagogos e profissionais qualificados. - SANTA RITA

Implementar nas escolas um calendário obrigatório de atividades que terão como temas a família com os seguintes direcionamentos: Orientação familiar; Planejamento familiar preventivo; Tratamento dos conflitos familiares vivenciados pelos jovens; Inserção da família no ambiente escolar; - SANTA RITA

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



ORIENTAÇÕES GERAIS PARA FACILITADORES(AS), COORDENADORES(AS) E RELATORES(AS) DOS GT'S

OBJETIVO DOS GT'S: dialogar e debater sobre questões relativas às problemáticas de interesse da juventude, propondo desafio e soluções para seu enfrentamento.

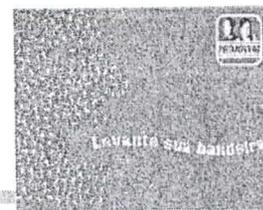
PAPEL DO(A) FACILITADOR(A) DO GT

1. Abrir os trabalhos do grupo promovendo a integração dos/as jovens participantes, identificando os espaços/segmentos de onde eles vêm e/ou representam;
2. Apresentar a forma de funcionamento do grupo: falas breves; garantir e respeitar a fala das pessoas;
3. Informar que o GT será organizado em quatro momentos:
 - a) Contextualização da temática do GT (resgate de acúmulos – texto base/caderno temático e propostas das conferências municipais, regionais e livre);
 - b) Proposição de desafios e debates – priorizar até 3 desafios;
 - c) Proposição de soluções para cada desafio priorizado – priorizar até 3 soluções para cada um dos desafios apontados;
 - d) Fechamento do GT
4. Informar da importância do grupo estabelecer consensos e agrupar idéias para que os desafios e soluções escolhidos correspondam à diversidade do grupo. O recurso da votação só deverá ser utilizado para àquelas propostas que vierem a gerar polêmicas.
5. Distribuir para as pessoas participantes do GT textos que subsidiem as discussões.
6. A pessoa que irá facilitar passa a orientar os trabalhos a partir das seguintes questões:
 - a) **1º Momento** – faz a contextualização da temática do GT – o diálogo com o texto-base é optativo; a consulta ao caderno temático será feita se houver necessidade.
 - b) **2º Momento** – proposição de desafios e debate – Pergunta motivadora:
 - Quais os principais desafios referentes ao nosso tema?
 - c) **3º Momento** - Dos desafios propostos, quais são os prioritários para nós neste momento?
 - d) **4º Momento** – Quais soluções podemos propor para cada um dos desafios que priorizamos? Quem deve se responsabilizar pela implementação de cada uma destas soluções?
 - e) **5º Momento** – Fechamento do GT

PAPEL DA COORDENADORIA

1. Estabelecer tempo de fala em acordo com o grupo; coordenar os debates, assegurando o uso da palavra pela ordem de inscrição e pela definição do tempo de intervenção; garantir o bom andamento dos trabalhos; dar encaminhamento às questões de ordem. **Cuidar do tempo!**

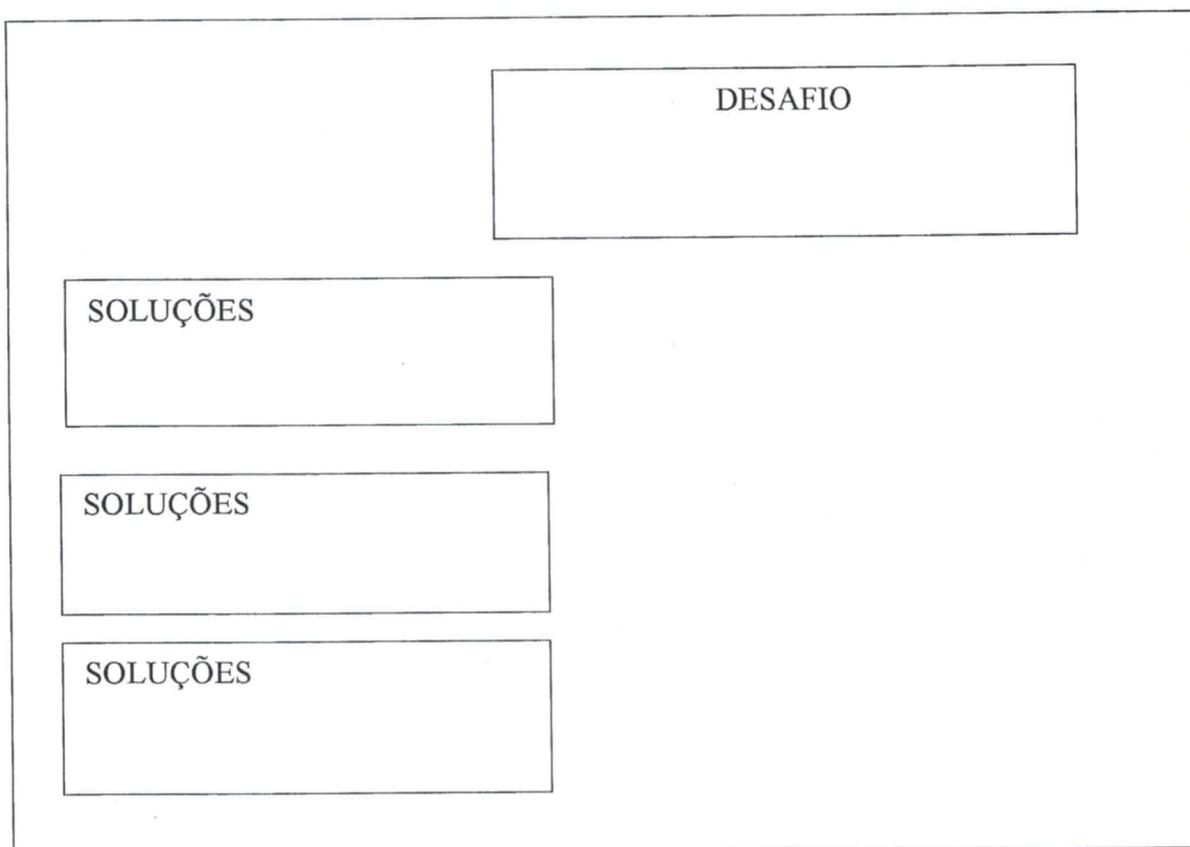
I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



PAPEL DA RELATORIA

1. Sistematizar as propostas discutidas pelo grupo; apresentar ao grupo o conteúdo sistematizado; entregar à Comissão de Sistematização e Metodologia as propostas encaminhadas pelo GT.

MODELO



MOMENTO INTERATIVO

Será exposto todos os cartaz dos GTs no Centro de Vivência no domingo pela manhã, onde cada delegado/a terá o direito de votar em 9 (nove) propostas. Podendo votar no máximo duas vezes na mesma proposta. Neste espaço será escolhidas as 23 propostas que computarem mais votos, dessas 23 propostas, as 18 mais votadas iram para plenária apenas para melhora a redação. As outras cinco propostas estarão sujeitas a alteração na idéia da proposta, irão para votação e passarão apenas três delas.

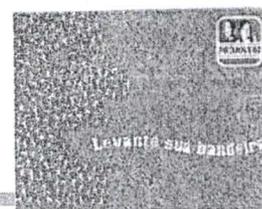
RELAÇÃO DOS/AS FACILITADORES/RAS E RELADORES/AS

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



TEMA DO GT	FAICILITADOR/A	RELATOR/RA
Participação Política	Rosemery Marinho	Sandra Melo
Diversidade Sexual	Hildevânia Macedo	Vitor
Educação	Lúcio André	Joana D'arc
Trabalho Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável	Nunes Dantas	Zinho
Cultura, Comunicação e Mídia	Matheus / Abraão	Bruno
Esporte e Lazer	Euclides	Cynthia
Campo	Sidney	
Raça e Etnia	Regina / Jadson	
Pessoas com Deficiência	Helosman	

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



COMISSÃO ELEITORAL

Eduardo Soares - João Pessoa – ASTEIAS
Rosângela dos Santos – Marcação – Índios Potiguaras
Romulo Halysson – João Pessoa - Pref. Muni. João Pessoa
Manuel Messias – Campina Grande – PSB
Amanda Aguiar – Brasília – Sec. Nacional de Juventude
Tiago Basto – João Pessoa – Setor de Juventude da Arq. PB
Ezequias Gonçalves – João Pessoa - Setor de Juventude da Arq. PB
Lucio André – João Pessoa – Assembléia Legislativa da Paraíba
Jadison Rolin – Baía da Traição – Índios Potiguara
Alexandre Cunha – João Pessoa – Séc. Est. de Juventude, Esporte e Lazer
Rosemary Marinho – João Pessoa – ASTEIAS/ REMAR
Carlos Oda – Brasília – Secretaria Nacional de Juventude

Seção 1

Ezequias Gonçalves – Presidente de seção
Manuel Messias – Mesário

Seção 2

Romulo Halysson – Presidente de seção
Jadison Rolin – Mesário

Seção 3

Eduardo Soares – Presidente de seção
Rosângela dos Santos – Mesário

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Estado da Paraíba



APURAÇÃO DOS VOTOS PARA DELEGADO/A NACIONAL – SEÇÃO

Nome	Cidade	Segmento	Nº	TOTAL
Francinaldo Ferreira C. de Oliveira	Baia da Traição		10203	
Edinaldo Fernandes	Bayeux		10303	
Caio Fernandes Santos	Campina Grande		10605	
Edmundo Cabral	Campina Grande		10612	
Helio Silva Barbosa	Campina Grande		10617	
Marcelo Davi S. Duarte	Campina Grande		10631	
Ozeni Aline de Lima Santos	Campina Grande		20636	
José Carlos do Nascimento Santos	Cuitegi		10704	
Márcia Alves da Silva	Guarabira		20812	
Adalberto Luiz Cruz	João Pessoa		10901	
Ana Paula Cavalcanti Ferreira	João Pessoa		20903	
Deivisson Victor Pilato da Silva	João Pessoa		10913	
Joana D'arc R. da Silva	João Pessoa		20928	
Luiza Regina Alves de Oliveira	João Pessoa		20944	
Matheus Pereira	João Pessoa		20949	
Pedro Jefferson de Oliveira	João Pessoa		10956	
Priscila Kelly de Alencar Silva	João Pessoa		20957	
Rildian da Silva Pires Filho	João Pessoa		10960	
Sandra Michelle Cruz de Melo	João Pessoa		20964	
Thiago Pacheco Barbosa	João Pessoa		10972	
Tiago Lima de Gusmão	João Pessoa		10973	
Danielle Oliveira da Silva	Patos		21201	
Rafaela Moraes de Almeida Gomes	Patos		21206	
Rafaela Alves Targino	Pilões		21213	
Geziane do Nascimento Oliveira	Santa Rita		21410	
Jose Robson Ferreira de Lima Araújo	Santa Rita		11412	
Adailson Regis de Oliveira	Santa Rita		11423	
Bernardo Henrique de Vasconcelos	Sapé		11503	
VOTOS NULOS				
VOTOS BRANCOS				

